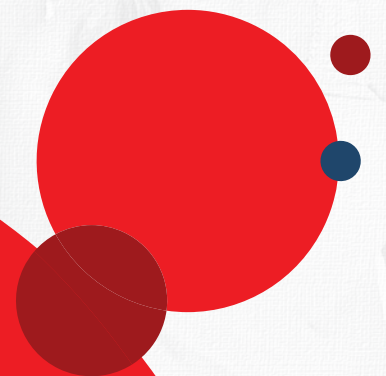


**UM MANDATO
DEDICADO A DEFENDER A
CLASSE TRABALHADORA
PRECISA CONTINUAR!**



DEPUTADA ESTADUAL

Professora 
Bebel

13123

NOSSA VOZ MAIS FORTE



"O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem."

*João Guimarães Rosa
Grande Sertão, Veredas.*

*2026: 70 anos
da primeira edição*



Lute
como uma
professora

PROFESSORA BEBEL É:

- Licenciada em Letras e mestra em Administração escolar pela UNIMEP – Piracicaba
- Professora efetiva da rede estadual de ensino
- Primeira presidenta – licenciada – da APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
- Deputada estadual em segundo mandato – eleita em 2018 com 87.169 votos e reeleita em 2022 com 155.983 votos.
- Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa
- Vice-presidenta do Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo
- Membro do Diretório Nacional do PT.



Visita a ONG Art Sol, em Bebedouro | 20 de fevereiro de 2026



Dia Internacional da Mulher, Manifestação da Av. Paulista | 8 de março de 2026



Tribuna ALESP | 28 de março de 2026



Comissão de Educação e Cultura na ALESP | 19 de fevereiro de 2026



Inauguração da Sede do PT em São Pedro | 7 de junho de 2026



Comemoração 46 Anos do PT, Sede Americana | 12 de junho de 2026

BEBEL TAMBÉM FOI:

- Seis vezes presidenta da APEOESP: sempre eleita pelo voto direto da categoria
- Secretária geral da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- Membro da Comissão Executiva Nacional da CUT – Central Única dos Trabalhadores
- Líder da Bancada do PT na ALESP
- Líder da Bancada da Minoria na ALESP
- Procuradora Especial da Mulher na ALESP
- Membro do Conselho Nacional de Educação, do qual foi vice-presidenta da Câmara de Educação Básica, nos governos dos presidentes Lula/Dilma
- Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no governo de Dilma Rousseff
- Membro do Conselho da Cidade de São Paulo, no governo do prefeito Fernando Haddad
- Membro da Rede de Pesquisa da Internacional da Educação (IE), entidade na qual a CNTE é filiada





Conselho Estadual de Representantes (CER) da APEOESP | 31 de Março de 2026



Bebel toma posse no primeiro mandato como membro do Conselho Nacional de Educação



Sérgio Nobre, Presidente da CUT Nacional, no 14ª Congresso Nacional da CUT (CONCUT)



Líder da Bancada na Minoria da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP)



Líder da Bancada do PT na ALESP | 30 de junho de 2026



Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no governo de Dilma Rousseff



Procuradora Especial da Mulher na ALESP

Promoção:

Professora Bebel
Deputada Estadual
Procuradoria Especial
da Mulher na Alesp

Professora Juliana
Vereadora
Procuradoria Especial da Mulher
na Câmara de Americana



Com o Presidente Lula por Fernando Haddad



Com o candidato ao Governo de São Paulo, Fernando Haddad, e a candidata ao Senado pelo estado de São Paulo, Simone Tebet



Com a também candidata ao Senado pelo estado de São Paulo, Marina Silva

**“COM LULA, HADDAD, SIMONE E
MARINA VAMOS SEGUIR MUDANDO O
BRASIL E O ESTADO DE SÃO PAULO”
Professora Bebel**



O pai Manoel de Azevedo Noronha



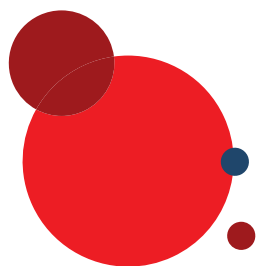
Com a mãe Maria, profecendo sua fé, em Aparecida do Norte



As irmãs Cida e Domingas, o irmão Nelinho Noronha e a mãe Maria, em Aparecida do Norte



Com a filha Maria Manoela



“ESCOLA É ESPAÇO DE SONHOS”

Maria Izabel Azevedo Noronha, a Professora Bebel, nasceu no distrito de Artemis, Município de Piracicaba, no dia 1º de maio de 1960, filha do agricultor Manoel Azevedo Noronha e da dona de casa Maria Pereira Rocha Noronha, que tiveram ainda os filhos Domingas, Maria Aparecida, e Manoel (Nelinho Noronha). Seu pai trabalhava na cana-de-açúcar e sua mãe trabalhou como doméstica para ajudar no sustento da família.

Ainda muito cedo, aos onze anos, Bebel também trabalhou como doméstica na cidade de Águas de São Pedro, para onde a família se mudara.

Bebel iniciou seus estudos na Escola Estadual Ângelo Franzin, em Águas de São Pedro, onde frequentou até a oitava série. Também cursou contabilidade no Colégio São Vicente de Paulo, em São Pedro. Não chegou a trabalhar na área, pois o que queria mesmo era ser professora. Por isso, ela diz com firmeza que a Educação para ela não é bandeira ou pauta, mas a causa de sua vida.

Bebel é licenciada em Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Metodista de Piracicaba e Mestre em Administração Escolar pela mesma universidade e é referência na luta por Educação pública, inclusiva e de qualidade no estado de São Paulo e no Brasil.

Bebel é mãe adotiva da jovem Maria Manuela, a Manu, que chegou para dar brilho e sentido a sua vida, após o falecimento de seu pai, em 2009.

“O olhar do jovem e do idoso, ambos me dizem a mesma coisa: o jovem quer transformar o mundo e o idoso quer continuar transformando o mundo, com qualidade de vida e justiça social”.



Professora Bebel



Com a filha Maria Manoela, na 29ª Parada LGBTQIA+ de São Paulo



Com a sobrinha, Bárbara Noronha



Com as sobrinhas-netas, Sara e Ana Laura



Com o sobrinho Manoelzinho, e sobrinha-netra Sara



Na comemoração de seu aniversário, em Piracicaba



Em visita ao Lar dos Velinhos em Lorena-SP



Em visita ao Centro de Convivência Infanto Juvenil de Manduri (CECOMAN)



Em visita ao Centro de Convivência Infanto Juvenil de Manduri (CECOMAN)



Em visita ao Lar São José, Luiziânia-SP



Em visita ao Lar de Amparo Aos Idosos de Clementina



Em visita ao Centro de Convivência Infanto Juvenil de Manduri (CECOMAN)



Em visita à ONG Sociedade Humana Despertar - Sumaré-SP



Em visita à ONG Sociedade Humana Despertar - Sumaré-SP



Em visita a Casa Betânia da Paz Hortolândia-SP



Na comemoração de seu aniversário, em Piracicaba

PROFESSORA BEBEL LIDERA O MAGISTÉRIO PAULISTA



Primeiro mandato como presidenta da APEOESP - 1999 a 2002



Ato unificado do funcionalismo após assembleia da APEOESP



Assembleia de Professores no Masp
24 de maio de 2024



Ato da APEOESP na SEDUC-SP
17 de dezembro de 2025



Assembleia de Professores no Masp
6 de março de 2026



Ato da APEOESP na SEDUC-SP
23 de janeiro de 2026

REELEGER O PRESIDENTE LULA EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA SOBERANIA NACIONAL E DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

A eleição de 2026 confronta dois projetos antagônicos para o país. De um lado, a reeleição do presidente Lula significa a continuidade de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável, com soberania frente aos ataques e ingerência estrangeiras, sobretudo do governo estadunidense de Donald Trump. De outro, colocar dar um basta aos golpistas do 8 de janeiro de 2023, que querem a retomada do poder federal por parte da extrema-direita, que pretende entregar as riquezas nacionais ao Trump e que negociou com os Estados Unidos os tarifas que atingem frontalmente alguns setores importantes da nossa economia, tendo o Município de Piracicaba como o mais prejudicado no país.

Votar na reeleição do presidente Lula é defender a democracia, a participação popular, a continuidade dos programas sociais e dos investimentos em educação, saúde, mobilidade, moradia, infraestrutura, política industrial, política tributária justa, meio-ambiente e todas as demais políticas que podem conduzir o Brasil a um futuro de desenvolvimento com justiça social. Votar no presidente Lula é votar nos direitos da classe trabalhadora, a começar pelo fim da escala 6X1 para uma vida mais digna. Em sintonia com no governo federal, nosso mandato protocolou na ALESP o PL 444/2021, que cria a Parceria Pública Cidadã - PPCid, autorizando o Poder Executivo a implantar programas de parcerias na geração de trabalho e renda.

Vote e conquiste votos para Lula, Simone Tebet, Marina Silva e uma forte bancada de deputados federais do PT.



Luiz Inácio Lula da Silva assume pela 3ª vez a Presidência da República e torna-se o 39º Presidente do Brasil | 1º de janeiro de 2023



Golpistas invadem o Palácio do Planalto em 8 de janeiro de 2023



Ato Pela Democracia na Faculdade de Direito do Largo São Francisco | 8 de janeiro de 2026



NOSSO MANDATO POPULAR AGE EM DEFESA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Na imposição do tarifaço de Trump em 2025, a Professora Bebel agiu em conjunto com prefeitos, empresários e trabalhadores de Piracicaba e Matão, as duas cidades brasileiras mais atingidas naquele momento, buscando reunião com o vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, que, em nome do presidente Lula anunciou na ocasião medidas para mitigar os danos e abrir novos mercados.

Agora, frente ao novo tarifaço, nosso mandato popular agiu, com nova reunião entre nossa deputada, o prefeito, empresários e trabalhadores de Piracicaba e o vice-presidente e ministro Alckmin. Novamente ele anunciou recursos da ordem de R\$ 30 bi para ajudar os setores prejudicados.

Tramita na ALESP o Projeto de Lei 871/2025, de autoria do nosso mandato, que autoriza o Estado a adquirir gêneros alimentícios afetados pelas tarifas



Reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin para tratar dos efeitos do Tarifaço para Piracicaba e região | 20 de agosto de 2025



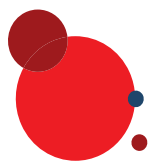
Reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin para tratar dos efeitos do Tarifaço para Piracicaba e região | 20 de agosto de 2025



Reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin para tratar dos efeitos do Tarifaço para Piracicaba e região | 7 de agosto de 2026



Reunião com o vice-presidente Geraldo Alckmin para tratar dos efeitos do Tarifaço para Piracicaba e região | 7 de agosto de 2026



COM HADDAD, VAMOS DERROTAR O AUTORITARISMO PRIVATISTA DE TARCÍSIO DE FREITAS

O povo paulista está frente à possibilidade real de abrir um novo capítulo na história do nosso Estado, com a eleição de um professor, melhor ministro da Educação e melhor Ministro da Fazenda que este país já teve.

Como nosso voto, Fernando Haddad poderá derrotar o governo autoritário, privatista e entreguista de Tarcísio de Freitas, que vem destruindo os serviços públicos – como a Educação, a Saúde e todos os demais – e entregando a seus amigos empresários empresas e instituições fundamentais para a nossa população.

A escandalosa privatização da SABESP, das linhas da CPTM, de escolas públicas, a escalada de violência contra a mulher e de insegurança nas ruas, a violência policial contra a juventude periférica e a classe trabalhadora, tudo isso poderá ser superado com uma votação massiva em Haddad.

Por isso, temos que lutar para que o projeto de Tarcísio de Freitas seja rejeitado nas urnas. Portanto, chegou a hora de unirmos as nossas forças e elegermos Haddad governador e elegermos uma forte bancada de deputados estaduais na Assembleia Legislativa.



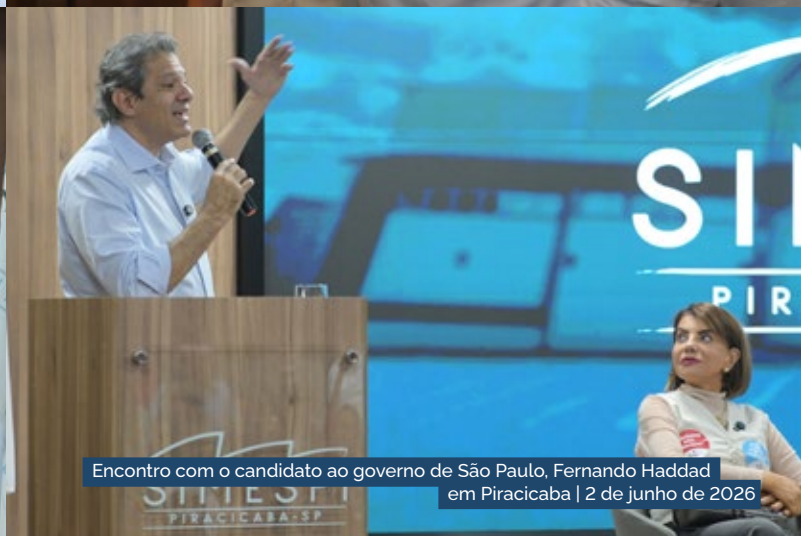
Encontro com o candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad em Piracicaba | 2 de junho de 2026



Encontro com o candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad em Piracicaba | 2 de junho de 2026



Encontro com o candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad em Piracicaba | 2 de junho de 2026



Encontro com o candidato ao governo de São Paulo, Fernando Haddad em Piracicaba | 2 de junho de 2026

ISENÇÃO DO IR: CONQUISTA EXTRAORDINÁRIA

SOBRETUDO PARA OS PROFESSORES E TODA A CLASSE TRABALHADORA

Uma das mais extraordinárias conquistas da classe trabalhadora nos últimos anos se deu por iniciativa do presidente Lula, cumprindo compromisso assumido em 2022: a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil reais e descontos até a faixa de R\$ 7.350,00.

É mais dinheiro no bolso dos trabalhadores e mais dinheiro fazendo girar a economia. Milhões de trabalhadores, entre eles grande parte dos professores do Estado de São Paulo foram beneficiados por essa medida, pela qual muito lutamos.

Presidente Lula sanciona isenção de IR para quem ganha até dois salários mínimos | 27 de novembro de 2025





NOSSO MANDATO ESTÁ PRESENTE NA LUTA PELO FIM DA ESCALA 6X1

O mandato popular da Professora Bebel está presente nas lutas da classe trabalhadora por emprego, salário, vida digna. Nossa deputada é líder sindical, foi membro da Executiva Nacional da CUT e está ativa em todas as lutas, como neste momento participa da campanha pelo fim da escala 6x1, para que os trabalhadores tenham direito a descanso, lazer, cultura e estar com a família.



Ato pelo fim da Escala 6x1 - Av. Paulista | 30 de junho de 2026



Ato pelo fim da Escala 6x1 - Av. Paulista | 30 de junho de 2026



Ato pelo fim da Escala 6x1 - Av. Paulista | 30 de junho de 2026



Ato pelo fim da Escala 6x1 - Av. Paulista | 30 de junho de 2026

NOSSA VOZ MAIS FORTE

Peço o seu voto para poder continuarmos com nosso mandato popular e garantir a nossa Voz Forte na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em defesa dos professores, da educação pública de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora, e de políticas públicas para os idosos, a juventude, às mulheres e às minorias, assim como na defesa do meio ambiente e dos serviços públicos de qualidade.

MATERIAIS NOS COMITÊS DE CAMPANHA

Você pode contribuir em muito para que o nosso mandato popular tenha continuidade. Em todo Estado, estão espalhados comitês da nossa campanha, onde você pode ter acesso a materiais de divulgação da nossa candidatura, como panfletos, adesivos, placas para casas, perfurites, praguinhas, bandeiras, santinhos, enfim, estamos em campanha e conto com o seu voto e com o seu apoio junto aos seus familiares, amigos e vizinhos, assim como através das redes sociais. Juntos, vamos reeleger o presidente Lula, eleger o governador Haddad e as nossas senadoras Simone Tebet e Marina Silva.



EIXOS DE ATUAÇÃO DO MANDATO

1. ATUAÇÃO POLÍTICA

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

- Defesa da Democracia;
- Defesa da Constituição Cidadã de 1988;
- Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Defesa da Soberania Nacional;
- Apoio à luta popular pelas reformas estruturais: reforma política, reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária;
- Apoio à revogação da lei que restringiu investimentos públicos por 20 anos (Emenda Constitucional 95).

2. DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS E COLETIVOS

PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

- Articular com movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil um movimento pela implantação do Plano Estadual de Educação;
- Lutar pela implantação do Plano Estadual de Educação;
- Lutar por uma Educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade;
- Desenvolver mecanismos que garantam a Gestão Democrática da Educação;
- Desenvolver mecanismos eficazes de financiamento das universidades públicas;
- Lutar pela garantia de creches e pré-escolas para todas as crianças;

- Lutar por uma escola que atenda às necessidades dos filhos e filhas da classe trabalhadora;
- Desenvolver mecanismos legais para uma alimentação escolar de qualidade, priorizando a aquisição de gêneros junto à agricultura familiar, orgânica e/ou cooperativas de agricultores;
- Lutar pela revogação da reforma do ensino médio.

PELA VALORIZAÇÃO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL

- Lutar pela reposição salarial e aumento real de salários para todo o funcionalismo público;
- Fiscalizar a instituição efetiva da negociação coletiva no estado de São Paulo;
- Cobrar concursos públicos para todos os cargos nos serviços públicos;
- Apoiar o fim das terceirizações;
- Fiscalizar a oferta de saúde digna aos servidores públicos;
- Apoiar a descentralização do atendimento médico para todas as regiões do estado de São Paulo;
- Defender o controle social da gestão do IAMSPE.

POR UM PLANO ESTADUAL PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO

- Assegurar mecanismos de valorização salarial e profissional a todos os servidores;

- Lutar pela instituição de um piso para a Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- Fiscalizar a garantia de condições de trabalho;
- Atualizar os planos de carreira e incrementar os pisos salariais;
- Garantir suporte psicológico a todos os servidores;
- Lutar por isonomia salarial;
- Apoiar e fiscalizar o combate a todas as formas de discriminação.

PELO DIREITO AO EMPREGO

- Por emprego, salário e qualidade de vida para todos;
- Apoio à revogação da reforma trabalhista;
- Apoio à revogação da lei das terceirizações;
- Pelo direito à aposentadoria - contra a reforma da previdência;
- Apoiar o fortalecimento da organização sindical;
- Apoiar as frentes de trabalho;
- Retomar a luta pelas frentes de trabalho no estado de São Paulo.

PELO DIREITO À MORADIA

- Desenvolver medidas para garantir a aplicação do Estatuto da Cidade e do Estatuto da Metrópole em São Paulo;
- Defender a prioridade para a população de baixa renda nos programas habitacionais estaduais;
- Formular políticas de estímulo à política habitacional na região central das cidades;
- Desenvolver parâmetros de controle e captura de mais valias urbanas, decorrente

de investimento público, nas cidades paulistas;

- Lutar pelo investimento de pelo menos 1% do ICMS na implantação de programas habitacionais;
- Criar mecanismos legais que facilitem a regularização fundiária e a urbanização de assentamentos precários;
- Defender a implantação do Conselho Estadual das Cidades, de caráter deliberativo e paritário.

PELO DIREITO À CULTURA

- Apoiar o fortalecimento da relação e integração dos equipamentos da Educação e da Cultura em São Paulo;
- Propor mecanismos para o financiamento dos coletivos de cultura da periferia;
- Propor mecanismos para o financiamento dos artistas independentes.

DEFESA E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DOS ANIMAIS

- Apoiar políticas públicas para a proteção dos animais, incluindo políticas de castração de cães e gatos;
- Apoiar as políticas educativas para a proteção ambiental e dos animais;
- Desenvolver mecanismos de geração de emprego e renda por meio da sustentabilidade;
- Desenvolver mecanismos de estímulo ao turismo ecológico.

3. DEFESA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO PAULISTA

PELA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



- Fiscalizar a garantia à equiparação salarial dos profissionais da educação com os demais profissionais com formação superior;
- Lutar para garantir o cumprimento da decisão judicial que assegura reajuste de 10,15% aos educadores;
- Lutar pelo direito dos professores temporários, por uma forma de contratação que assegure igualdade em relação aos efetivos;
- Fiscalizar a garantia de atendimento de saúde digno a todos os profissionais da Educação;
- Lutar pelos direitos dos readaptados;
- Cobrar mais concursos públicos para todos os cargos e áreas do funcionalismo público estadual;
- Fiscalizar e cobrar condições de trabalho em todas as escolas;
- Apoio ao fim da lei das faltas médicas.

4. DEFESA DOS GRUPOS SOCIAIS EXCLUÍDOS

EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

- Desenvolver ações de combate à misoginia, o racismo, a lesbofobia e a exploração de meninas, adolescentes e mulheres;
- Defender a emancipação e autonomia econômica, social, pessoal, cultural e política das mulheres;
- Apoiar os movimentos sociais, populares e organizações que lutam pelas mulheres e sua emancipação;

- Lutar pela igualdade de salários e direitos no mundo do trabalho, na área pública e privada;
- Defender a Educação para igualdade e cidadania com foco no respeito e solidariedade e combate à violência, ao sexismo e à discriminação;
- Lutar pela universalização de creches e pré-escolas, inclusive no horário noturno, para a mãe trabalhadora;
- Defender medidas do direito à Educação das mães adolescentes;
- Defender o direito das mulheres por políticas públicas de Saúde Integral, Direitos sexuais e Direitos reprodutivos;
- Desenvolver instrumentos legais para humanização dos partos e a redução da mortalidade materna e neonatal;
- Desenvolver políticas de atendimento humano e especializado às vítimas de violência sexual;
- Apoiar a criação de uma Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência no estado de São Paulo;
- Apoiar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e a criação de um Conselho dos Direitos da Mulher no Estado;
- Apoiar medidas de equidade de participação das mulheres que atuam em eventos culturais com a participação do governo estadual.

EM DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS

- Formulação de uma Política Estadual para a Primeira Infância;

- Formular políticas de atenção prioritária para a juventude periférica;
- Aperfeiçoamento das políticas públicas de adoção de crianças;
- Desenvolver mecanismos de humanização dos abrigos;
- Formulação de políticas de apoio ao emprego para a juventude;
- Formulação de políticas de apoio financeiro e psicossocial de permanência estudantil no ensino médio e superior;
- Lutar por ensino médio que atenda aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

DIREITO À IGUALDADE DA POPULAÇÃO NEGRA E COMBATE AO RACISMO

- Desenvolvimento de uma Política Estadual de atenção à população negra para assegurar a igualdade, especialmente no acesso ao trabalho e renda;
- Lutar para aperfeiçoar e ampliar as políticas de cotas raciais para ingresso na universidade;
- Desenvolver mecanismos para a permanência deste segmento na Educação pública;
- Fiscalizar a efetividade da Lei 10.639/2003, que trata do ensino da história da África no currículo escolar;
- Desenvolver medidas para coibir a intolerância religiosa contra as religiões de matriz africana.

EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBT

- Formulação de uma Política Estadual para a Diversidade;
- Apoiar ações de combate a LGBTfobia e bullying nas escolas;
- Desenvolver medidas para assegurar dignidade aos LGBT idosos;
- Apoiar a ampliação dos centros de referência LGBT em todo o estado de São Paulo.

PELA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

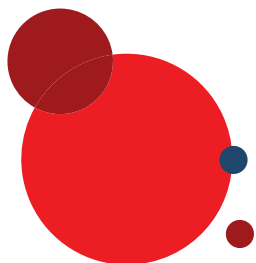
- Fomentar políticas públicas multissetoriais de atenção às pessoas com deficiência;
- Garantir a formação em libras para todos os professores das redes públicas;
- Lutar pelo apoio do poder público aos atletas paraolímpicos no estado de São Paulo.

PELO DIREITO DOS IDOSOS

- Trabalhar pela plena aplicação do Estatuto do Idoso;
- Desenvolver uma Política Estadual de Atenção ao Idoso, envolvendo o acesso à Educação, Saúde, Moradia,
- Trabalho, Transporte, Cultura e Lazer;
- Apoiar centros de referência para os idosos em todo o estado.



GRANDES CONQUISTAS



LANÇOU FÓRUM DO FUNDEB PERMANENTE

A conquista do FUNDEB Permanente (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), um dos grandes avanços da Educação brasileira, aprovado em agosto de 2020 e regulamentado em dezembro daquele ano (Lei nº 14.113/2020), teve uma participação decisiva de profissionais da Educação, estudantes, pais e mães, sindicatos e movimentos sociais do Estado de São Paulo, organizados no Fórum Estadual pelo Fundeb Permanente.

Este fórum foi lançado pelo mandato da Professora Bebel, em 2019, com a participação do ex-ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro e Aloizio Mercadante, os deputados federais Alencar Santana (PT) e Idilvan Alencar (PDT), então membros da Comissão Especial do Fundeb, o promotor João Paulo Faustinoni, do GEDUC/Ministério Público, Cesar Callegari, hoje presidente do Conselho Nacional de Educação, Luciana Gerbovic, conselheira seccional da OAB/SP, prefeitos, vereadores, representantes de entidades, movimentos e da sociedade civil organizada e especialistas em Educação.

Entre outros pontos, o FUNDEB deixou de ser uma norma temporária e foi incorporado à Constituição, aumentou para 70% o percentual destinado, não mais apenas ao magistério, mas a todos os profissionais da Educação, aumentou o repasse federal e percentual específico para a Educação Infantil.

A existência do FUNDEB permanente é o mecanismo que garante o financiamento das conquistas educacionais.



MANDATO PRESENTE NA CONSTRUÇÃO DO FUNDEB PERMANENTE. ESSA CONQUISTA TAMBÉM É NOSSA!



Lançamento do Fórum pelo FUNDEB Permanente | 2019



Audiência Pública FUNDEB Permanente em Cubatão -SP



Reunião Novo FUNDEB em Santa Bárbara D'Oeste



Reunião Novo FUNDEB em Santa Bárbara D'Oeste

EM TEMPO: SÃO PAULO PERDE RECURSOS

Se São Paulo reduzisse a desigualdade racial e socioeconômica e avançasse na aprendizagem, poderia receber cerca de R\$ 1,7 bilhão de complementação da União, via FUNDEB em 2026, considerando a média das redes estaduais beneficiadas.

Se São Paulo tivesse obtido os avanços de um estado como o Governo do Maranhão entre 2019 e 2023, essa complementação chegaria a R\$ 1,9 bilhão.

Ou seja, São Paulo está perdendo por ano quase R\$ 2 bilhões por não conseguir reduzir suas desigualdades e melhorar seus resultados de aprendizagem.



VITÓRIA DO FUNCIONALISMO FIM DO CONFISCO SALARIAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Este foi um dos maiores ataques aos aposentados e aposentadas do Estado de São Paulo.

Durante a tramitação da reforma da previdência de João Doria (novembro de 2019 a abril de 2020), a Professora Bebel alertou para o confisco, que se concretizou em junho de 2020, por meio do Decreto 65021/2020. Desde o primeiro momento, o mandato da Professora Bebel lutou para derrubá-lo, protocolando Projeto de Decreto Legislativo (PDL). Outros deputados também o fizeram.

Junto com a APEOESP e outras entidades, liderou mobilizações contra o confisco, mas, ao perceber que nenhum PDL individual seria aprovado, dialogou com o então presidente da ALESP, deputado Carlão Pignatari, com os demais autores de PDL, com a Liderança do Governo e demais lideranças e construiu de forma unificada o Projeto de Lei Complementar 43/2022, aprovado por unanimidade em outubro de 2022.

Uma vitória coletiva, que mostra que o parlamento não é somente espaço de disputa e confrontação, mas uma verdadeira arte de diálogo, articulação e construção de políticas.

Hoje lutamos pela devolução dos valores confiscados entre setembro de 2020 e dezembro de 2022, por meio do Projeto de Lei Complementar 136/2023, de autoria do mandato popular da Professora Bebel..





Caminhada dos Aposentados | 13 de maio de 2022



Votação pelo Fim do Confisco | 25 de outubro de 2022



Audiência Pública pelo Fim do Confisco dos Aposentados | 26 de junho de 2022



Votação pelo Fim do Confisco | 25 de outubro de 2022

DESCONGELAMENTO DO TEMPO DA PANDEMIA

Cobramos e conseguimos do Governo do Estado o acerto de quinquênios e sexta-parte de profissionais da Educação que dependiam da contagem do tempo da pandemia (2020-2021), que havia sido congelado pelo governo Bolsonaro, tendo sido o congelamento revogado pela Lei Federal 226/2026. O direito ao quinquênio e sexta-parte desses profissionais já foi publicado e os valores retroativos a março deste ano serão pagos em setembro. Continuamos lutando pelo pagamento dos demais valores, que deixaram de ser pagos pelo fato de o tempo de serviços estar congelado. Isso depende de lei estadual, que estamos cobrando.



Reunião SEDUC-SP | 3 de agosto de 2026



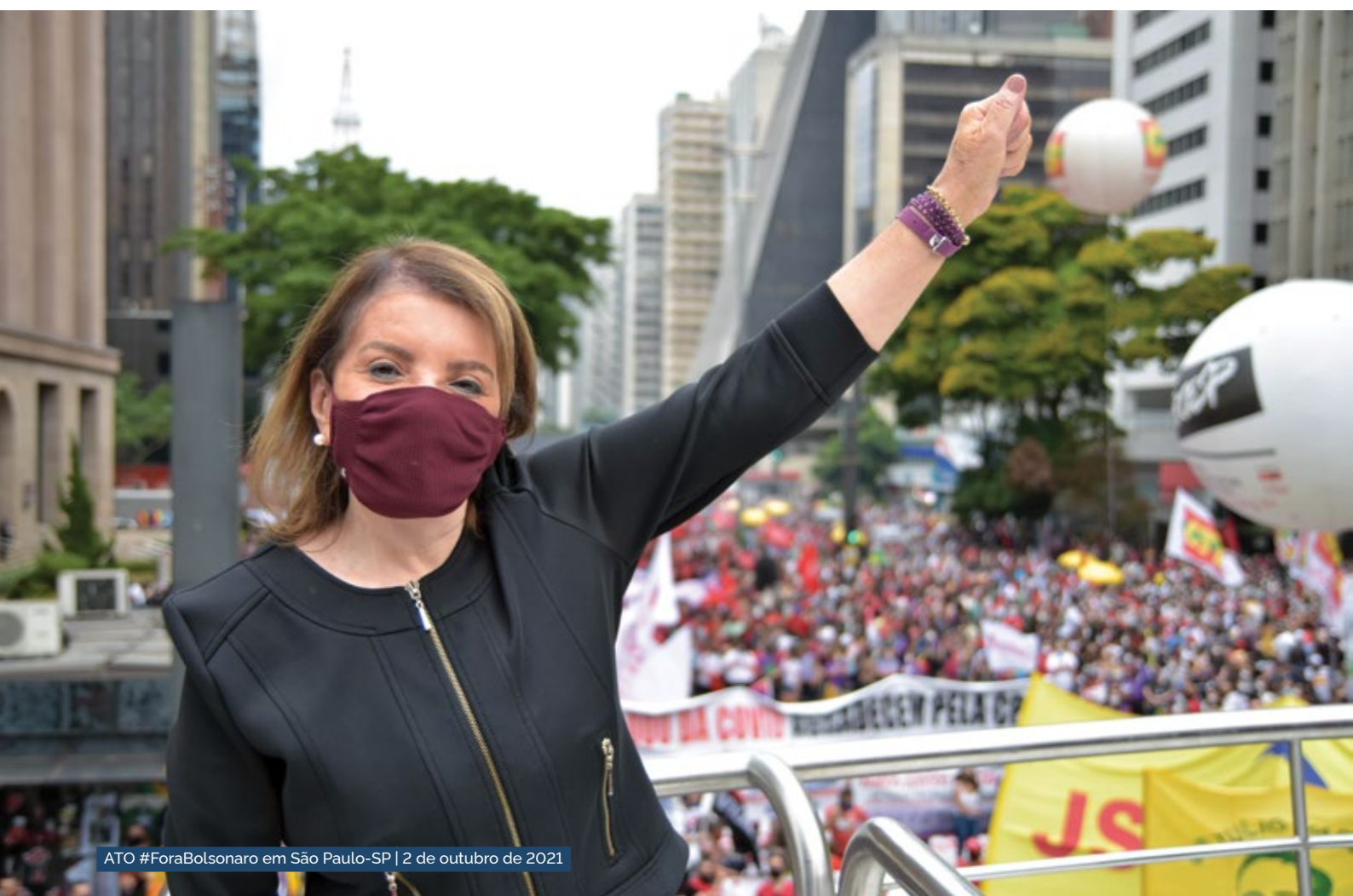
Reunião SEDUC-SP | 3 de agosto de 2026

EM DEFESA DA VIDA

CONQUISTAMOS A VACINAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA ETAPA

O mandato da Professora Bebel sempre em conjunto com a APEOESP, AFUSE, SindSaúde, entidades estudantis e outras entidades e movimentos sociais, liderou uma luta exemplar em defesa da vida durante a pandemia da Covid-19 (2020 – 2021), conseguindo retardar a retomada das aulas presenciais, conforme pretendia o governo de João Doria.

Foram realizadas carreatas, caminhadas, greve, atos, campanha de solidariedade, projetos de leitura por meio de transmissões de rádio e, como grande conquista, a vacinação dos profissionais da Educação na primeira etapa no Estado de São Paulo – obtida após ofício da Professora Bebel ao então governador João Doria, o que abriu caminho para essa conquista em nível nacional. Bebel foi a primeira liderança a tomar essa iniciativa no Brasil.





Caminhada pela Vida, no Palácio do Governo, São Paulo-SP | 13 de maio de 2021



Caminhada pela Vida, no Palácio do Governo, São Paulo-SP | 13 de maio de 2021



Homenagem a professores e professoras vítimas da COVID-19, na SEDUC-SP | 4 de março de 2021



ATO #ForaBolsonaro em São Paulo-SP | 24 de julho de 2021



ATO #ForaBolsonaro em São Paulo-SP | 24 de julho de 2021

O MANDATO DA PROFESSORA BEBEL E A APEOESP GARANTIRAM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DIVERSIFICADAS EM LOCAL DE LIVRE ESCOLHA

As APDs são atividades pedagógicas desenvolvidas pelos(as) professores(as) sem interação com os estudantes, ou seja, fora das salas de aula.

Na redação original do Projeto de Lei Complementar 143/2023, o artigo 1º continha dispositivo que permitia ao secretário da Educação definir o local onde (o) professor(a) cumpriria as APDs. Graças ao diálogo da Professora Bebel com o governo e com as lideranças partidárias, foi aprovada emenda proposta pelo seu mandato popular, definindo que as APDs são cumpridas em local de livre escolha do professor.



Dia Nacional de lutas da Educação | 22 de março de 2023



Dia Nacional de lutas da Educação | 22 de março de 2023



Dia Nacional de lutas da Educação | 22 de março de 2023



PRESERVAMOS 50 MIL EMPREGOS

No ano de 2022, mais uma vez, o mandato da Professora Bebel, sempre de forma articulada com a APEOESP e as mobilizações da categoria, conseguiu negociar com o Governo Estadual, com o então presidente da ALESP, Carlão Pignatari e lideranças partidárias, a prorrogação dos contratos dos professores temporários (categoria O).

O mandato da Professora Bebel articulou o Projeto de Lei Complementar 42/2022, aprovado por unanimidade, e que se tornou a Lei Complementar 1.381/2022. Foram evitadas, assim, 50 mil demissões de professoras e professores.

Seguiremos na luta pela convocação dos professores aprovados no último concurso.



Audiência Pública sobre o PLC 42/2022 | 25 de outubro de 2022



Categoria O - Regime de Urgência | 12 de dezembro de 2022



Categoria O - Regime de Urgência | 12 de dezembro de 2022



Votação do PLC 42-2022 | 14 de dezembro de 2022

BARRAMOS A RETIRADA DE SÃO PAULO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Um grande movimento liderado pelo mandato da Professora Bebel e pela APEOESP levou o governo Tarcísio de Freitas a recuar da absurda decisão de retirar a rede estadual de ensino do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Nosso mandato popular promoveu duas audiências públicas na ALESP e participou de um grande ato público na Praça da República. Na mesma tarde em que se realizou este ato, o governo anunciou o recuo. Mais uma vitória da articulação entre a atuação parlamentar e a mobilização da categoria, da comunidade escolar e da sociedade.

REVERTEMOS ATAQUES ÀS SALAS DE LEITURA

Nosso mandato popular, juntamente com a APEOESP, se colocou à frente da defesa das salas de leitura, quando o governo Tarcísio começou a retirar os professores e as professoras que ali atuavam, fechando esses espaços essenciais à formação dos estudantes. Desta forma, todos os professores que manifestaram interesse, puderam retornar às salas de leitura. Tramita na ALESP nosso PL 348/2020, que institui o Projeto de Estímulo à Leitura para os estudantes das escolas públicas do Estado.





Audência Pública Material Didático implantado nas escolas da rede estadual de São Paulo | 4 de setembro de 2023



Ato Plano Nacional do Livro Didático - SEDUC-SP | 16 de agosto de 2023



Ato Plano Nacional do Livro Didático - SEDUC-SP | 16 de agosto de 2023



Ato Plano Nacional do Livro Didático - SEDUC-SP | 16 de agosto de 2023



Audiência Pública Livro Didático, Pluralidade e Liberdade de ensinar e aprender | 14 de agosto de 2023

PROFESSORES AUXILIARES PERMANECEM! LUTA PERMANENTE POR UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO

O mandato da Professora Bebel em conjunto com a APEOESP luta pela Educação inclusiva para todos os estudantes com qualquer tipo de deficiência física ou atípicos.

Promoveu audiências públicas, mobilizações e encontros de estudantes, pais e professores atípicos e reuniões na Secretaria da Educação visando garantir os direitos de todos e todas.

Em abril deste ano, frente a informações de que os professores auxiliares poderiam ser desligados na metade do ano, o mandato da Professora Bebel fez contato com o secretário executivo da Secretaria da Educação, obtendo a publicação de um comunicado garantindo a permanência desses profissionais nas salas de aula com estudantes atípicos. Uma grande conquista da mobilização e do trabalho conjunto inclusive com a participação das famílias.

Em maio, no III Encontro de Professores, Estudantes, Pais e Mães Atípicos, foi proposta a ida de todos os mais de 200 participantes à SEDUC, onde houve compromisso do secretário executivo de manter o diálogo aberto sobre a Educação Especial Inclusiva. A proposta do mandato da Professora Bebel e da APEOESP é a criação de um Comitê democrático e participativo.



Encontro Mães Atípicas - APEOESP | 23 de janeiro de 2026



Audiência Pública O Impacto das ações do governo Tarcísio de Freitas na Educação Inclusiva | 07 de maio de 2024



Entrega no Palácio Bandeirantes, do Documento para reivindicar política estadual de Educação Inclusiva | 11 de fevereiro de 2026



III Encontro Estadual de Professores, Estudantes, Pais e Mães Atípicos, na APEOESP | 16 de abril de 2026

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Desde sua primeira gestão à frente da APEOESP, a Professora Bebe defende a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação e do Sistema Estadual Articulado de Educação, fundamentais para a efetivação do Regime de Colaboração previsto na Constituição Federal e para a garantia de Educação de qualidade em todo o território Nacional.

Finalmente, o Congresso Nacional aprovou a Lei Complementar 220/2025, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE) que será o instrumento efetivo de implementação do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 15388/2026), sancionada pelo presidente Lula em 14 de abril de 2026.

Em São Paulo o mandato da Professora Bebel protocolou o Projeto de Lei Complementar 45/2025, que cria o Sistema Estadual de Educação e lidera a Frente Parlamentar do Fórum Permanente de Estudos e Construção do Plano Estadual de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME).



Encontro do Setorial de Educação do PT | 11 de Abril de 2026



Seminário Estadual - Comissão Especial do Novo Plano Nacional de Educação | 16 de junho de 2025



Lançamento da Frente Parlamentar para Estudos do PNE-PEE-PMEs | 14 de outubro de 2025



Audiência Pública Em debate Novo Plano Estadual de Educação | 3 de dezembro de 2025

CURSINHOS POPULARES, CAMINHOS PARA A JUVENTUDE

O mandato popular da Professora Bebel e a APEOESP estão colados com a juventude e nas lutas pelos direitos educacionais dos nossos jovens. Por isso, a construção de cursinhos populares preparatórios para vestibulares e ENEM está na pauta da nossa deputada há muitas anos. De forma pioneira, juntamente com a Subsele da APEOESP em Piracicaba, em 2020, durante a pandemia da Covid-19 criaram o Cursinho Popular Paulo Freire, assim como incentivaram a construção de outros cursinhos populares. Realizou um Encontro Estadual de Cursinhos Populares em Campinas (20 de setembro de 2025). Também foi uma das idealizadoras da Rede Nacional de Cursinhos Populares (CPOP), criada pelo Ministério da Educação do Governo Lula.

Nosso mandato protocolou o PL 893/2023, que torna obrigatória a distribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente, aos pais ou responsáveis.





Encontro Estadual dos Cursinhos Populares | 29 de setembro de 2025



Encontro Nacional de Cursinhos Populares | 18 de outubro de 2025



Aula Inaugural CPOP Paulo Freire Piracicaba | 14 de março de 2026



Aula Inaugural CPOP Paulo Freire Piracicaba | 14 de março de 2026



Cursinho Popular Zona Norte-SP | 30 de maio de 2026



Cursinho Popular Zona Norte-SP | 30 de maio de 2026



Cursinho Popular - Praia Grande | 24 de julho de 2026



Cursinho Popular - Praia Grande | 24 de julho de 2026

PEDÁGIOS NÃO, TARCÍSIO!

O mandato da Professora Bebel e movimentos sociais e sindicais organizaram uma luta vitoriosa contra novos pedágios na rodovia SP-304 (Piracicaba-Americana) e no Circuito das Águas. O mandato organizou e coordenou frente parlamentar contra os pedágios na ALESP, realizou audiências públicas, abaixo-assinado, faixas nas rodovias e cidades, distribuição de panfletos e manifestações, que levaram o governador a desistir da instalação de pedágios na SP-304, deixando de prejudicar a população de dezenas de municípios.

Nosso mandato popular continua lutando contra a proliferação de pedágios *free flow* e aumentos abusivos nas tarifas, que penalizam os trabalhadores e encarecem os preços dos produtos.



Audiência Pública sobre os Pedágios Free Flow, MogiMirim | 28 de maio de 2025



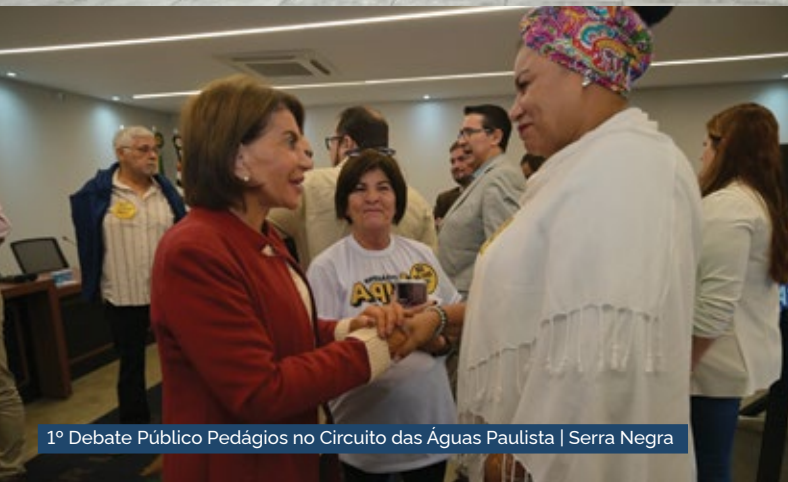
2º Debate Público Pedágios no Circuito das Águas Paulista | Santo Antônio da Posse



Audiência Pública Não aos Pedágios - Americana | 9 de abril de 2025



Em coletiva de imprensa, Bebel cobrou o governador Tarcísio de Freitas quanto ao anúncio de suspensão e recuo na instalação de praças de pedágio na SP-304 | 11 de abril de 2025



1º Debate Público Pedágios no Circuito das Águas Paulista | Serra Negra



1º Debate Público Pedágios no Circuito das Águas Paulista | Serra Negra

GRANDES DESAFIOS

QUEREMOS INCLUSÃO DE VERDADE

Política de inclusão educacional verdadeira para estudantes que tenham qualquer tipo de deficiência física e estudantes atípicos (autistas, TDH, superdotados). Essa não é uma questão afeta exclusivamente ao governador, que decida o assunto como lhe convier. Tem que ser uma política de Estado, que resulte de diálogo e participação de professores, pais e mães atípicos, os próprios estudantes, especialistas e a sociedade. Por isso, a Professora Bebel, em conjunto com a APEOESP, propôs à Secretaria da Educação a criação de um Comitê democrático e participativo para elaborar essa política.

APOIO ÀS APAES

Nosso mandato popular protocolou projetos de lei como 1080/2023, que estabelece parâmetro mínimo de repasse financeiro do Estado na celebração de termos de colaboração com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, atuantes em educação especial, para o atendimento a educandos cuja deficiência não permita a inclusão em classes de ensino regular.

Além desse, o Projeto de Lei 785/2026, que estabelece diretrizes para o funcionamento das Salas de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) na rede pública estadual de ensino; Projeto de lei 469/2025, que estabelece a obrigatoriedade do financiamento pelo Governo da Rede de Atenção Psicossocial; o Projeto de Lei 487/2021, que estabelece as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA. E também o Projeto de Lei 1095/2023, que torna obrigatório o ensino de LIBRAS nas escolas estaduais.

Audiência Pública impacto das Ações do Governo Tarcísio na Educação Especial Inclusiva | 7 de Maio de 2024



Audiência Pública Educação Especial e Inclusiva como Política de Estado | 18 de fevereiro de 2025



Marco Referencial de Equidade na Educação USP | 7 de maio de 2025



Encontro professoras, professores e mães atípicas para reivindicar política estadual de educação inclusiva, Sede da APEOESP | 11 de fevereiro de 2026



PISO SALARIAL É PONTO DE PARTIDA, NÃO TETO

Garantir a implementação correta do piso salarial profissional nacional, como ponto de partida e não como teto, e revogar a política de abono complementar. Nada pode estar abaixo da lei nacional. O piso nacional é a base necessária para uma carreira aberta, justa e atraente, do ingresso até a aposentadoria.

Como presidenta da APEOESP e como Deputada Estadual, Bebel esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) em diferentes ocasiões para defender o direito dos professores paulistas ao piso salarial nacional – tendo em vista ação judicial da APEOESP vitoriosa em três instâncias, e continua a lutar. No momento em que fechamos esta publicação, está com julgamento suspenso no STF o tema 1218, que pode determinar de forma definitiva a aplicação do piso como base para a carreira de todo o magistério brasileiro, com repercussão em toda a carreira, beneficiando inclusive, além dos professores da ativa, os aposentados.

Nosso PL 455/2023 visa garantir que todo recurso federal da Educação que chegue ao Estado seja utilizado para o pagamento do piso salarial nacional ao magistério. Na luta por valorização e respeito aos professores, também temos o PL 33/2020, que disciplina e altera diferentes aspectos do Programa de Ensino Integral, visando garantir direitos ao magistério.



Mobilização Nacional da Educação | 16 de março de 2022



Audiência com o ministro e presidente do STF, Edson Fachin, em Brasília



Reunião com a Presidenta do STF, Ministra Carmen Lúcia, sobre o pagamento do reajuste de 10,15% que a APEOESP conquistou na justiça | 6 de junho de 2018



Reunião no STF com Ministro Zanin sobre cumprimento correto da lei do piso salarial nacional | 8 de maio de 2025

PRIVATIZAÇÃO NÃO É A SOLUÇÃO!

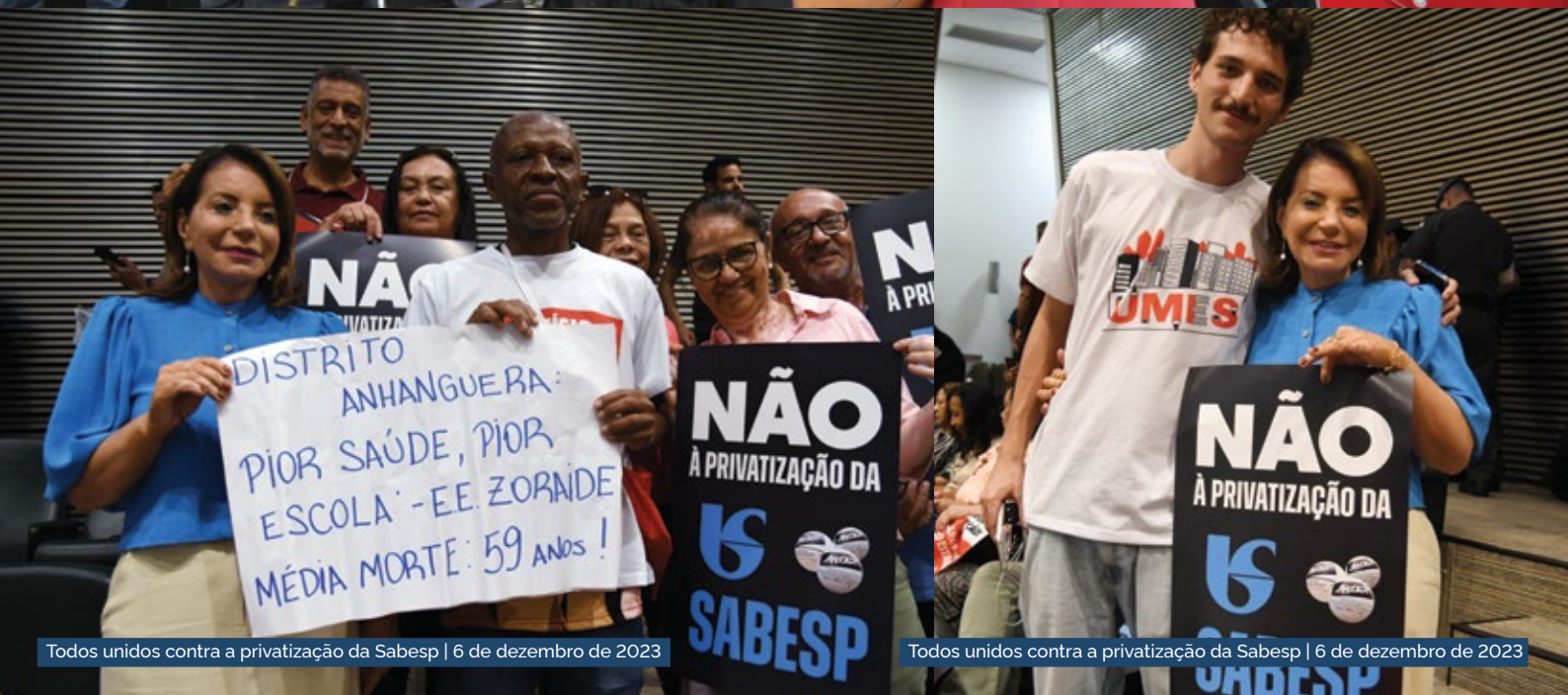
QUEM PRIVATIZA MOSTRA QUE NÃO SABE GOVERNAR

A privatização da SABESP é um dos maiores crimes cometidos pelo governo de Tarcísio de Freitas contra o Estado de São Paulo, por ter vendido por preço irrisório uma das maiores e mais eficientes empresas de água e saneamento da América Latina e do mundo.

Permanecemos – juntamente com a APEOESP, demais entidades da Educação, estudantes, pais e mães, toda a nossa categoria e a comunidade escolar, na luta para impedir a privatização das escolas estaduais.



Truculência da Polícia de Tarcísio na manifestação contra o Leilão do Lote Leste (16 escolas estaduais) na BOVESPA | 4 de novembro de 2024



Todos unidos contra a privatização da Sabesp | 6 de dezembro de 2023

Todos unidos contra a privatização da Sabesp | 6 de dezembro de 2023

ESTAMOS NA LUTA PELA PRORROGAÇÃO DO CONCURSO

Lutamos pela prorrogação imediata do concurso para Professor de Ensino Fundamental e Médio. Não é aceitável que tenhamos 120 mil professores temporários, ao mesmo tempo em que temos 140 mil professores aprovados no concurso. Não aceitamos que o concurso tenha caducado.

A APEOESP recorreu à justiça e estamos nos mobilizando para garantir novas convocações. Por outro lado o MP (GEDUC) mediou ação cível pública para que 44 mil professores concursados sejam contratados



Ato Concurso Público SEDUC-SP | 29 de março de 2023



Ato Concurso Público SEDUC-SP | 29 de março de 2023

Ato Concurso Público SEDUC-SP | 29 de março de 2023

O MANDATO DA PROFESSORA BEBEL ESTÁ NA LUTA PELA EXPANSÃO E FORTALECIMENTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS!

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados em 29 de dezembro de 2008, pelo presidente Lula e pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, hoje nosso candidato a governador de São Paulo, por meio da Lei Federal 1892 /2008.

É um modelo de excelência para a formação de técnicos e tecnólogos, sem viés tecnicista, mas voltado também à formação geral dos estudantes, que muito contribui para o desenvolvimento e soberania do país.

Queremos IFs ampliados e fortalecidos em todo o estado de São Paulo. Essa luta conta com todo o apoio e empenho da Professora Bebel.



Audiência Pública Implantação do Instituto Federal em Lins | 19 de novembro de 2025



Visita ao Instituto Federal Campos Presidente Prudente | 27 de novembro de 2025



Audiência Pública Desafios e Possibilidades dos Institutos Federais em São Paulo | 22 de junho de 2023

SEMPRE À FRENTE NA LUTA EM DEFESA DA APOSENTADORIA DIGNA



Truculência policial na manifestação contra a Reforma da Previdência de Dória | 4 de março de 2020



Manifestação contra a Reforma da Previdência de Dória | 4 de março de 2020

SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO SÃO MERCADORIA!

O mandato da Professora Bebel lidera importantes lutas contra privatizações e terceirizações nos serviços públicos, como SABESP, CPTM, Metrô, Saúde, Escolas, rodovias e outros.



Moradores de São Mateus denunciam o péssimo serviço da SABESP privatizada pelo Governo Tarcísio | 15 de Abril de 2026



Discussão na ALESP do PL 529/2020 que extinguiu a Fundação para o Remédio Popular (Furp) | 18 de dezembro de 2024



Moradores de São Mateus denunciam o péssimo serviço da SABESP privatizada pelo Governo Tarcísio | 15 de Abril de 2026



Audiência Pública Hospital São Mateus pede Socorro | 27 de abril de 2026

NÃO À MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Impedir a imposição das escolas cívico-militares. Disciplina não é sinônimo de aprendizagem, assim como indisciplina estudantil não é sinônimo de violência. Tampouco civismo é domínio de militares. Civismo também é matéria prima do processo pedagógico. Escola é lugar de sonhos, onde se formam pessoas e se constrói o futuro da nação.

Violência nas escolas não se combate com militarização, mas com política de prevenção, como propõe nosso PL 457 de 2023.



Audiência Pública Escolas Cívico-militares em Debate | 19 de março de 2024



Truculência da Polícia de Tarcísio em manifestação contra Escolas Cívico-militares na ALESP | 21 de maio de 2024



CONAE 2024



Audiência Pública Escolas Cívico-militares em Debate | 19 de março de 2024

QUEREMOS DE VOLTA O INVESTIMENTO DE 30% DAS VERBAS DA EDUCAÇÃO

Recompor os 5% de verbas orçamentárias que foram confiscados pelo governo Tarcísio é desafio de todas e todos que tem compromisso com Educação pública de qualidade. São R\$ 11 bilhões anuais a menos, que é preciso reconquistar, pois são fundamentais para financiar a política educacional inclusiva pela qual lutamos.



Reunião da Comissão de Constituição e Justiça sobre o PEC 9/2023 que reduziu o repasse obrigatório para a educação em 11 bilhões | 13 de março de 2024



Reunião da Comissão de Constituição e Justiça sobre o PEC 9/2023 que reduziu o repasse obrigatório para a educação em 11 bilhões | 15 de maio de 2024

ATRIBUIÇÃO DE AULAS PRESENCIAL, JUSTA E TRANSPARENTE

Juntos nosso mandato e a APEOESP reivindicam a revogação de todas as resoluções autoritárias que retiram direitos. Lutamos pela volta do processo de atribuição de aulas de acordo com o Estatuto do Magistério, com classificação que valorize o tempo de serviço, provas e títulos para todos os professores – efetivos, estáveis, categoria O.



ATO na SEDUC-SP | 11 de fevereiro de 2026



Reunião SEDUC-SP | 3 de agosto de 2026

BARRAR A REFORMA ADMINISTRATIVA DA EDUCAÇÃO!

O Projeto de Lei 1316/2025, reforma administrativa da Educação, no seu texto original, busca institucionalizar ataques do governo Tarcísio contra os profissionais da Educação.

Entre os principais pontos, institui avaliações punitivas e injustas; altera diretrizes e amplia hipóteses de remoção de ofício no interesse da administração pública para punir professores e funcionários; torna mais autoritárias as regras para o registro de faltas e descontos associados à jornada de trabalho docente; modifica a previsibilidade de direitos automáticos ligados a períodos de recesso da categoria; prevê a implementação de adicional de transporte para profissionais ocupantes de funções gestoras.

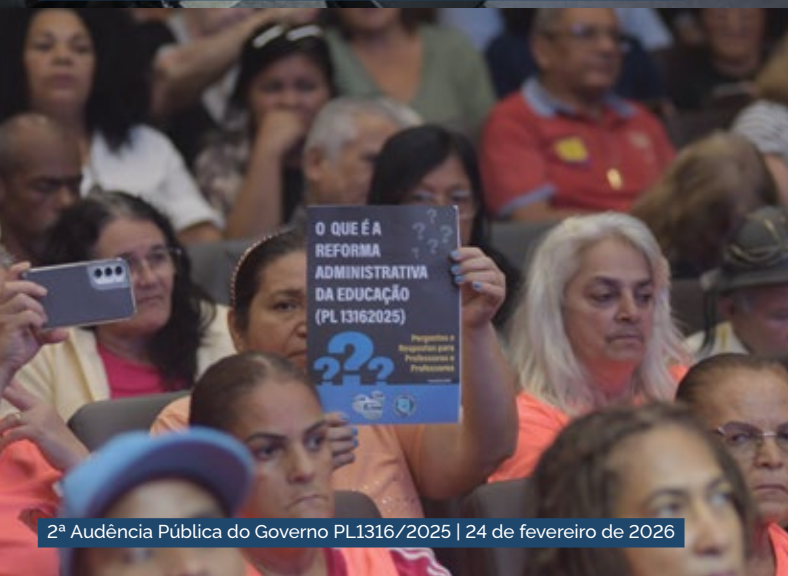
Com nossa luta, forçamos o governo a apresentar uma emenda de plenário que atenua, mas não resolve a natureza do projeto. Conseguimos, com forte presença de professores, funcionários e movimentos na ALESP, convocados pelo nosso mandato popular, impedir até o momento a votação do projeto e nossa luta é para que seja retirado ou derrotado.



2ª Audência Pública do Governo PL1316/2025 | 24 de fevereiro de 2026



2ª Audência Pública do Governo PL1316/2025 | 24 de fevereiro de 2026



2ª Audência Pública do Governo PL1316/2025 | 24 de fevereiro de 2026



Barramos a votação do PL 1316/2023 na ALESP | 7 de julho de 2026

GARANTIR DIREITOS DAS ADIs COMO INTEGRANTES DO MAGISTÉRIO

A Lei Federal 15.326/2026 assegura o enquadramento das Auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) como integrantes do magistério. Porém, essa lei tem uma falha importante em seu artigo 4º, que, na prática, dificulta a conquista, pois deixa a critério e iniciativa dos(as) prefeitos(as), por lei própria do Município, a regulamentação dos direitos dessas profissionais, incluindo o pagamento do piso salarial profissional nacional.

Nosso desafio é alterar essa lei, no sentido de dar garantia a todas as ADIs seus direitos – sem depender de iniciativa dos(as) prefeitos(as). Ao mesmo tempo, juntamente com as Subsedes da APEOESP, o mandato da Professora Bebel tem dado firme apoio à luta das ADIs em diferentes municípios pelo piso nacional e demais direitos.



Audiência Pública ADIS em Santa Barbara d'Oeste | 25 de março de 2026



Audiência Pública ADIS em Santa Barbara d'Oeste | 25 de março de 2026



Audiência Pública em debate a Lei 15.326/2026 ADIs | 30 de março de 2026

NÃO SOMOS FARÓIS, SOMOS EDUCADORES E EXIGIMOS RESPEITO

Nossa luta é Fora Tarcísio, Professor Haddad Governador

Fim do “professor farol”. Não somos equipamentos de trânsito; somos professores e formamos cidadãos. Chega de avaliação de desempenho autoritária e punitiva. Exigimos valorização e respeito.

A tentativa de institucionalizar a avaliação de desempenho é parte do PL 1316/2025, contra o qual o mandato da Professora Bebel e a APEOESP lideram forte movimento, desde dezembro/2025, e até o momento impediu a sua votação.



Audiência Pública Reforma Administrativa da Educação | 12 de fevereiro de 2026



Manifestação na ALESP votação do PL 1316 | 07 de julho de 2026

NÃO À PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Nossa luta é pelo fim da plataformação do ensino. O processo ensino-aprendizagem é um processo vivo, dialógico e interativo entre o(a) professor(a) e seus estudantes.



Audiência Pública Reforma Administrativa da Educação | 11 de março de 2026



Audiência Pública Reforma Administrativa da Educação | 24 de fevereiro de 2026

POLÍTICAS DE TARCÍSIO PROVOCAM DECLÍNIO NO ENSINO MÉDIO

A divulgação dos índices do IDEB 2025, em agosto de 2026, demonstra que o ensino médio no Estado de São Paulo, sob o governo Tarcísio de Freitas, caiu da 3ª posição em 2022 para a 10ª posição.

Outro indicador que mostra a tragédia educacional bolsonarista em São Paulo é a evasão de 251 mil estudantes do ensino médio entre 2025 e 2026 na rede estadual de ensino. Isso significa 2,5 vezes a média nacional.

Este descalabro é resultado da plataformização, falta de incentivo à permanência dos estudantes (sem adesão efetiva do governo Tarcísio ao programa Pé-de-Meia, falta de uma verdadeira ação de busca ativa, além da implementação autoritária do Programa de Ensino Integral, que aliado ao fechamento de classes noturnas, impedem o estudante trabalhador de frequentar a escola.

Nosso mandato popular protocolou na ALESP o projeto de lei 1074/2023, para que o Estado promova busca ativa dos alunos que estejam tendentes a abandonar as escolas no meio do ano letivo ou para o preenchimento de vagas na rede estadual de ensino. Também apresentamos o Projeto de Lei 969/2023, que autoriza o Poder Executivo a definir as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio, a serem observadas pelas escolas públicas e privadas que operem no Estado, visando a qualidade do ensino.





COMPROMISSOS DE LUTA DA PROFESSORA BEBEL

Luta por Educação pública, gratuita e de qualidade, como direito e caminho para o futuro; contra cortes de verbas da educação, privatização de escolas e militarização. Pela valorização dos profissionais da Educação.

Defesa dos serviços públicos e do funcionalismo; por saúde de qualidade, valorização dos servidores e servidoras, contra o desmonte do serviço público e as privatizações.

Combate às desigualdades e defesa dos direitos humanos; políticas de inclusão verdadeiras, enfrentamento ao racismo, à violência contra mulheres/feminicídio zero e à discriminação LGBTQIA+.

Juventude com acesso à educação e ao futuro; ampliação de oportunidades, cursinhos populares, combate à evasão escolar e o cumprimento do programa Pé-de-Meia pelo governo estadual.

Defesa da democracia e da participação popular; contra o autoritarismo e os retrocessos.

Direitos da classe trabalhadora e dignidade no trabalho; pelo fim da escala 6x1 e redução de jornada sem redução de salário. Implementação da jornada do piso para os professores.

Direito à terra, moradia e justiça social; apoio aos movimentos populares, à reforma agrária e à dignidade no campo e na cidade.

Contra a exploração da população; combate a pedágios abusivos e políticas que penalizar o povo.

DEPUTADA ESTADUAL

Professora



Bebel

13123

NOSSA VOZ MAIS FORTE

Conheça minha trajetória e minhas propostas.
Acompanhe minhas redes sociais.



professorabebeloficial



professorabebel



depprofessorabebel

SAÚDE PARA TODOS E DEFESA DO IAMSPE

Essas são pautas prioritárias do mandato popular da professora Bebel.

Ela trabalha para que toda a população tenha acesso a saúde de qualidade e, assim, luta contra as terceirizações e privatizações. Saúde é um serviço público e não um negócio, fonte de lucro para empresários.

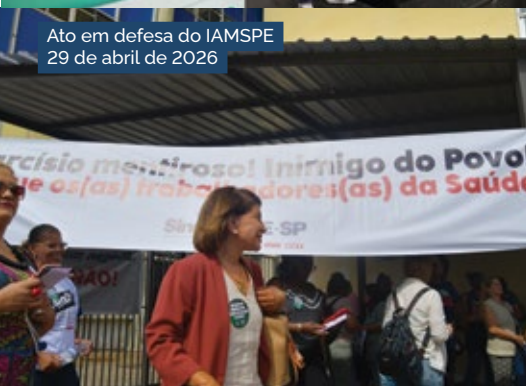
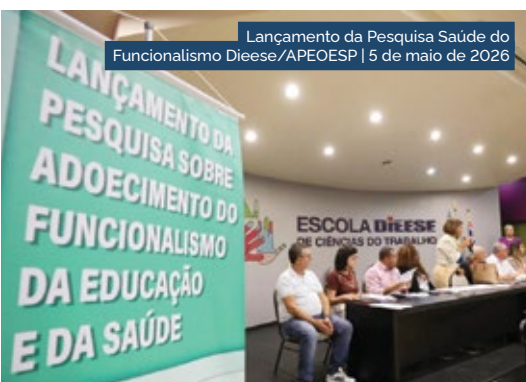
Tramita na ALESP o PL 1088/2023, do nosso mandato, que estabelece o piso salarial para os profissionais da saúde. Também tramita o PL 743/2023, que autoriza o retorno à condição de contribuinte obrigatório ou facultativo do IAMSPE quem, tendo perdido sua condição de contribuinte, retorne voluntariamente a essa condição. E ainda, o PL 488/2023, que cria CIPAs em todas as escolas e o PL 741/2021, que faculta aos profissionais da Educação acesso à merenda escolar.

EMENDAS PARA A SAÚDE EM TODO O ESTADO

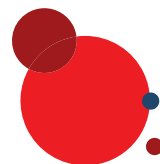
O mandato popular da Professora Bebel destina todos os anos dezenas de milhões de reais por meio de emendas parlamentares para Santas Casas, hospitais filantrópicos e serviços de saúde de prefeituras, além do próprio IAMSPE. Trata-se de uma prioridade de que nossa deputada não abre mão.

PESQUISA DA SAÚDE DO FUNCIONALISMO

Por meio da Frente Parlamentar pela Saúde e Direitos do Funcionalismo, em parceria com a APEOESP, AFUSE e SindSaúde, nosso mandato popular realizou, com o DIEESE, uma pesquisa sobre Saúde e Condições de Trabalho do Funcionalismo, que revelou, entre outros dados, que 97,6% dos profissionais da educação pública estadual associam o adoecimento mental às condições de trabalho, com mais de 60% tendo se afastado por motivos de saúde física ou psíquica. Nossa luta é mudar essa realidade.



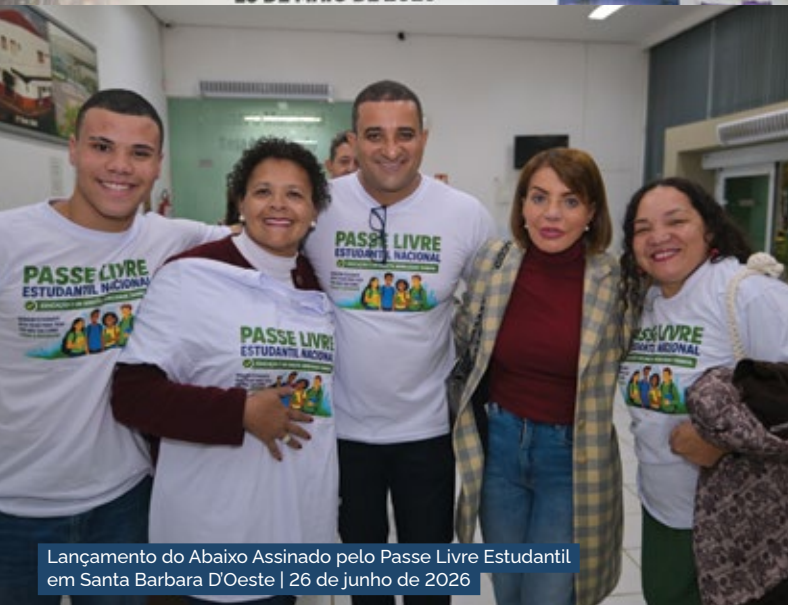
TARIFA ZERO E PASSE LIVRE SÃO DIREITOS DE TODAS E TODOS!



Juntamente com sindicatos de trabalhadores e movimentos populares, nosso mandato popular participa da luta pela Tarifa Zero no transporte coletivo público. Muitas cidades já fizeram. É possível e necessário.

Nosso mandato também está com a juventude do ensino médio, das ETECs e FATECs na luta na luta pelo Passe Livre Estudantil – assim como pessoas de mais de 60 anos tem direito à gratuidade – tendo em vista que estudantes do ensino fundamental têm direito a transporte escolar.

Para tanto, o mandato popular da Professora Bebel já promoveu duas audiências públicas e segue firme nessas lutas.



ACESSO À CULTURA É DIREITO DE TODAS E TODOS

O mandato da Professora Bebel tem forte ligação com os produtores culturais e com a luta pelo acesso de toda a população aos bens culturais.

Por meio de audiências públicas com a ministra da Cultura e audiências e reuniões com a secretária da Cultura do Estado, Marina Marton, Bebel luta pela correta destinação dos recursos, para que realmente cheguem a quem produz cultura.

LEI ALDIR BLANC

Foi o que fez durante a pandemia, reunindo o setor cultural e cobrando do governo estadual o cumprimento correto da Lei Aldir Blanc, propondo formas de controle de sua efetiva aplicação.

ALGUNS PROJETOS

Entre outros projetos, é de nossa autoria o Projeto de Lei 817/2023, que autoriza o Executivo a criar o Sistema Estadual de Cultura para promover os direitos culturais no estado.

Também protocolamos o PL 822/2021, que institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.



MINHA CASA MINHA VIDA, MAIOR PROGRAMA DE MORADIA DO MUNDO

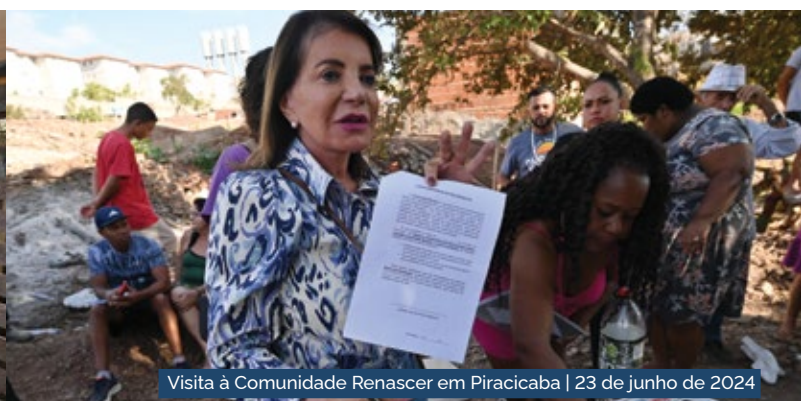


O presidente Lula retomou e fortaleceu o Programa Minha Casa Minha Vida, não à toa, mas porque moradia é a porta de entrada para os demais direitos.

O mandato popular Professora Bebel mantém estreita parceria com os movimentos de moradia no Estado de São Paulo. Está sempre firme na luta para garantir moradia digna para todos e para defender a população em reintegrações de posse, assim como para obter soluções emergenciais e permanentes para as necessidades habitacionais de quem mais precisa.



Visita à Comunidade Renascer em Piracicaba | 23 de junho de 2024



Visita à Comunidade Renascer em Piracicaba | 23 de junho de 2024



Entrega de casas do Programa Minha Casa Minha Vida no bairro Nova Suíça em Piracicaba | 28 de maio de 2025



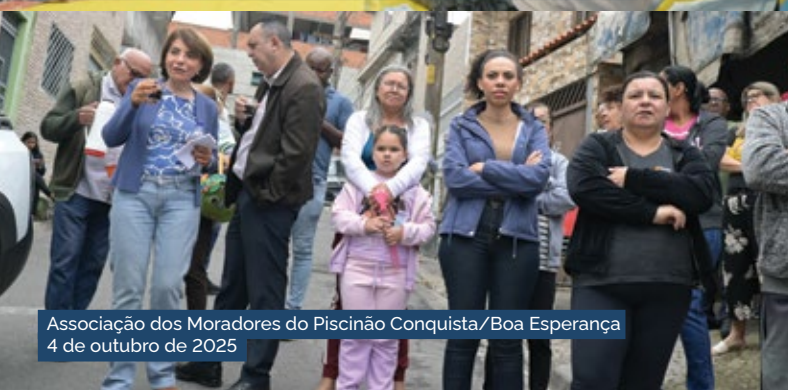
Entrega de casas do Programa Minha Casa Minha Vida em São Pedro-SP | 11 de junho de 2026



Aniversário do Movimento de Moradia ULCM | 21 de junho de 2026



Aniversário do Movimento de Moradia ULCM | 21 de junho de 2026



Associação dos Moradores do Piscinão Conquista/Boa Esperança 4 de outubro de 2025



Movimento de Moradia Zona Norte-SP | 30 de maio de 2026

EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA SE O CAMPO NÃO PLANTA, A CIDADE NÃO JANTA!

O mandato popular da deputada Professora Bebel está sempre ao lado do MST e demais movimentos que lutam pela reforma agrária, defendendo que terras devolutas do Estado sejam utilizadas para este fim.

Juntamente com esses movimentos, esteve e está firme nas mobilizações – dentro da ALESP e nas ruas e pelo interior afora, contra a entrega das terras da reforma agrária a latifundiários e grileiros. Lutou contra o Projeto de Lei 410 do governo Tarcísio que acabou com a possibilidade da reforma agrária no Estado, e entregando por preço vil terras do Pontal do Parapanema a grileiros. Nosso mandato popular luta para que trabalhadores do campo tenham perto de seus locais de moradia, escolas, hospitais, postos de saúde e todos os demais serviços públicos.



Visita ao Assentamento Simon Bolivar - Getulina | 12 de junho de 2026



Visita à II Feira da Reforma Agrária Neusa Paviato | 4 de outubro de 2025

Visita à II Feira da Reforma Agrária Neusa Paviato | 4 de outubro de 2025



Visita ao Assentamento 17 de Abril
Fazendo Boa Sorte Restinga | 9 de julho de 2026

Roda de Conversa Assentamento Zumbi
dos Palmares Iaras | 28 de março de 2026

SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE É DIREITO DE TODA A POPULAÇÃO

Nossa deputada entende que é obrigação do Estado garantir serviços públicos de qualidade a todas e todos – sobretudo à população que mais precisa – e que faz parte dessa obrigação valorizar o funcionalismo público. É de autoria do nosso mandato o PL 1085/2023, que estabelece piso salarial e jornada de 40 horas semanais para o funcionalismo. Também o PL 1064/2023 buscar disciplinar as ausências dos funcionários públicos, garantindo direitos e o PL 1057/2023, que veda a redução dos vencimentos dos servidores públicos estaduais em qualquer situação.

Por isso, protocolou na ALESP a proposta de Plano Estadual dos Servidores Públicos (PL 613/2023), o qual, por meio de Metas, Diretrizes e Estratégias, assegura direitos a todo o funcionalismo público, com foco nas condições de trabalho, saúde e valorização dos servidores, visando a qualidade do atendimento à população.



Apoio à Greve dos Servidores Públicos de Taubaté
16 de junho de 2026



Audência Pública Projeto de Plano Estadual para o Servidor Público | 30 de junho de 2024



Reunião da FP em Defesa da Saúde do Funcionalismo Público | 10 de junho de 2025

MANDATO DA PROFESSORA BEBEL CONQUISTOU REAJUSTE ADICIONAL PARA 100 MIL PROFESSORES

Foi o mandato popular da Professora Bebel que mostrou ao governo que 100 mil professores teriam reajuste salarial que iriam variar de 0,6% a 08%, em 2025. Com isso, garantiu reajuste mais justo para aposentados e demais professores que não estavam enquadrados na Lei Complementar 1374/2020 e seriam prejudicados.

QUINQUÊNIOS E SEXTA-PARTE

Milhares de professoras e professores, da ativa e aposentados, em breve receberão valores expressivos, relativos ao recálculo de quinquênios e sexta-parce, resultado de ação moída pela APEOESP em 2005, quando a Professora Bebel presidia o Sindicato.



PROFESSORA BEBEL PROMOVEU A 1ª SEMANA DA EDUCAÇÃO NA ALESP

1ª Semana da Educação na ALESP - Sessão Solene Dia dos Professores | 17 de outubro de 2025



1ª Semana da Educação na ALESP - Oficina com Estudantes: Desenhando o Futuro | 15 de outubro de 2025



1ª Semana da Educação na ALESP - Oficina com Profissionais da Educação: Carreira, Formação, Saúde | 15 de outubro de 2025



1ª Semana da Educação na ALESP - Oficina com Estudantes: Desenhando o Futuro | 15 de outubro de 2025

TARCÍSIO REDUZIU EM 54% O ORÇAMENTO PARA A SEGURANÇA DAS MULHERES

O mandato popular da Professora Bebel tem denunciado o corte de recursos nas políticas de segurança das mulheres e luta pela vida e pelo feminicídio zero. Quem ama não mata!

Procuradora Especial da Mulher da ALESP por dois mandatos, a Professora Bebel possui compromisso com a luta das mulheres, sendo autora de projetos de proteção da mulher, entre eles o da Rede Segura É de autoria do nosso mandato o PL 1085/2023, que estabelece piso salarial e jornada de 40 horas semanais para o funcionalismo. Também o PL 1064/2023 buscar disciplinar as ausências dos funcionários públicos, garantindo direitos e o PL 1057/2023, que veda a redução dos vencimentos dos servidores públicos estaduais em qualquer situação., Delegacias da Mulher 24 horas, expansão de Casas Abrigo (PL974/2019), pensão para mulheres vítimas de violência (PL1060/2023), e pagamento de auxílio financeiro à mulher vítima de violência doméstica PL 1060/2023) e pensão para filhos de mulheres vítimas de feminicídio (PL234/2023), totens para segurança das mulheres nos pontos de ônibus (PL 1040/2023). Institui economia solidária para as mulheres (PL 485/2022).



Ato pela Vida das Mulheres | 7 de dezembro de 2025



Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio,
Piracicaba | 18 de março de 2026



Audiência Pública Política de Combate a Violência
contra a Mulher | 16 de março de 2026



Manifestação Dia Internacional da Mulher
na Av. Paulista | 8 de março de 2026

TODA FORMA DE AMOR VALE A PENA

A Professora Bebel não tolera discriminação e preconceito e está sempre presente nas lutas e movimentos LGBTQIA+. As portas do nosso mandato popular estão sempre abertas para este segmento, por meio das audiências públicas, encaminhamento de suas demandas, assim como nossa deputada está sempre presente nas paradas do Orgulho LGBT na cidade de São Paulo e todos os demais locais onde ela ocorre.

Entre nossos projetos, está o PL 743/2019, que torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).



18ª Parada LGBTQIA+ de Piracicaba | 9 de agosto de 2026



30ª Parada LGBTQIA+ de São Paulo | 7 de junho de 2026



16ª Parada LGBTQIA+ de Piracicaba | 7 de junho de 2024



29ª Parada LGBTQIA+ de São Paulo | 22 de junho de 2025



Ato Solene Orgulho LGBTQIAPN+ na ALESP | 17 de junho de 2025



26ª Parada LGBTQIA+ de São Paulo | 19 de junho de 2022

O MANDATO POPULAR DA PROFESSORA BEBEL ATUA INCESSANTEMENTE PARA DEFENDER E GARANTIR DIREITOS DA POPULAÇÃO NEGRA, PERIFÉRICA E DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS

Nosso mandato popular luta em conjunto com os movimentos da população negra contra o racismo e a discriminação, pela valorização da história e cultura africanas. Entre nossos projetos está o PL 158/2023, que institui o “Destaques do Axé”, incluindo-o no Calendário Oficial de Eventos do Estado.



X Encontro do Coletivo Antirracismo APEOESP | 10 de novembro de 2024



X Encontro do Coletivo Antirracismo APEOESP
10 de novembro de 2024



Aniversário da Comunidade de Umbanda Zê Moreno das Almas
29 de julho de 2024



Marcha da Consciência Negra Av. Paulista
20 de novembro de 2024



Apresentação da Peça Navio Negreiro de Castro Alves pelo Coletivo Antirracismo Milton Santos | 26 de setembro de 2025



Bloco de Carnaval SóANata Vila Maria | 22 de fevereiro de 2026

MEIO AMBIENTE É VIDA

O compromisso do nosso mandato popular com a defesa do meio ambiente, em parceria com movimentos como o MAB e o MST, entre outros, é público e bem conhecido.

Defender o meio ambiente significa também lutar contra a degradação das condições de vida do povo pobre, sujeito às condições inadequadas das áreas de risco e tantas outras dificuldades decorrentes da exploração predatória da terra, da poluição industrial e outros fatores que agravam a emergência climática.

COP 30: BRASIL NO CENTRO DO DEBATE AMBIENTAL

A realização da Conferência do Clima (COP 30) em Belém do Pará, em 2025, colocou o Brasil no centro do debate ambiental. Nosso país vem dando exemplos de investimentos em transição energética: energia verde e fontes renováveis. Mas é preciso avançar muito mais.

Defender o meio ambiente significa também lutar contra a degradação das condições de vida do povo pobre, sujeito às condições inadequadas das áreas de risco e tantas outras dificuldades decorrentes da exploração predatória da terra, da poluição industrial e outros

Nosso mandato popular e a deputada Professora Bebel participam e lideram iniciativas pelo desenvolvimento sustentável e temos iniciativas de projetos de lei como a obrigatoriedade de os edifícios públicos paulatinamente passarem a utilizar energia solar (PL 1055/2023), além da defesa intransigente dos recursos naturais do Estado e do País.



Ato em defesa do Rio Piracicaba | 28 de julho de 2024



Com companheiros e companheiras do MAB, importantes lideranças na defesa do meio ambiente e da transição energética | 30 de junho de 2026



Coletiva de Imprensa em Defesa do Rio Piracicaba | 22 de julho de 2022



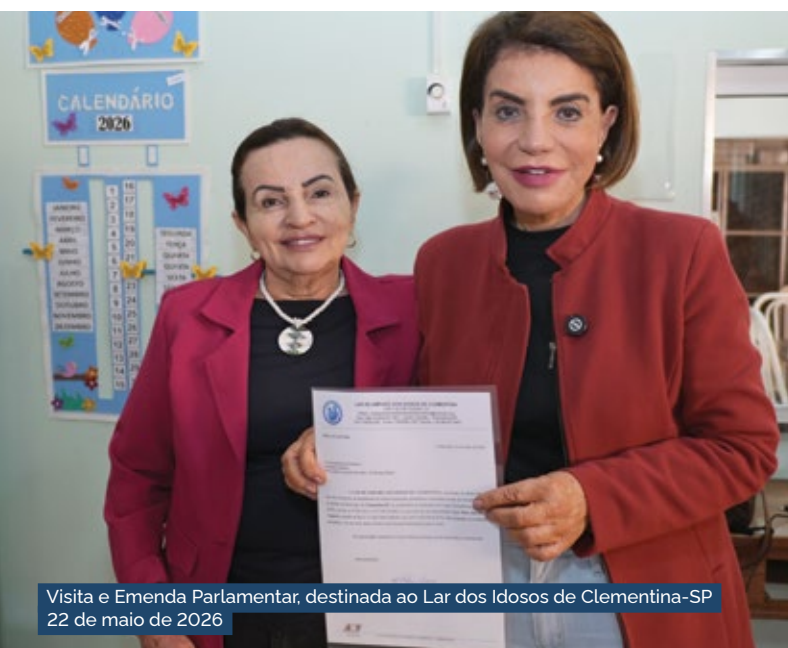
Audiência com os ministros da Pesca, André de Paula, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, discutindo a preservação do meio ambiente e a situação de pescadores | 26 de agosto de 2024

PELOS DIREITOS DOS IDOSOS

O mandato popular da Professora Bebel tem uma atenção muito especial para com a população idosa. São pessoas que dedicaram suas vidas e seu trabalho para construir o Estado de São Paulo, que nos legaram seus saberes e constituíram com amor e dedicação nossas famílias.

A população idosa merece, além de todo o nosso respeito, políticas públicas de cuidado e garantia de direitos. Por isso, o mandato popular da Professora Bebel protocolou o Projeto de Lei 568/2021, que institui políticas públicas em favor da população idosa.

Queremos que o presidente Lula, reeleito, tome iniciativa para aperfeiçoar o Estatuto do Idoso e demais legislações, para garantir igualdade salarial, saúde, moradia e demais direitos aos idosos.



Visita e Emenda Parlamentar, destinada ao Lar dos Idosos de Clementina-SP
22 de maio de 2026



Visita ao Lar São Luís Montfort de Piacatu-SP
14 de junho de 2026



Visita ao Lar São Luís Montfort de Piacatu-SP
14 de junho de 2026



Visita Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula de Capivari-SP
4 de maio de 2026

LUTAMOS POR ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS

Em 2019, elaboramos em conjunto com professores e especialistas, o Projeto de lei 891/2019, que estabelece programa de alimentação saudável nas escolas estaduais.

Sabemos que alimentação adequada é fundamental para a aprendizagem das crianças e para todo o seu desenvolvimento posterior, até a idade adulta. Por isso, apresentamos este projeto, que inclusive privilegia os alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa e, lamentavelmente, vetado pelo então governador João Doria. A votação do veto está na ordem do dia da Casa, mas como todos os demais vetos que aguardam votação, precisa ser pautado pela Mesa Diretora, em conjunto com as lideranças partidárias.

Também temos o Projeto de Lei 747/2021, que garante aos profissionais da Educação o acesso à alimentação escolar, tendo em vista, inclusive, que muitos são obrigados a comerem comida fria e não podem sequer utilizar o vale -alimentação, de valor irrisório, por falta de restaurantes ou lanchonetes nas proximidades de algumas escolas. Ao mesmo tempo, sabemos que toneladas de alimentos são descartados nas unidades escolares.



Audiência Pública Alimentação Escolar adequada | 22 de abril de 2019



Audiência Pública O combate à fome começa na escola | 19 de março de 2025

Audiência Pública O combate à fome começa na escola | 19 de março de 2025

O MANDATO DA PROFESSORA BEBEL TRABALHA PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, RESPEITANDO ESPECIFICIDADES, BUSCANDO RECURSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E DESTINANDO EMENDAS PARLAMENTARES

A Professora Bebel trabalha pelo bem comum e pela justiça social, beneficiando a população de todas as regiões do estado, independente do partido do prefeito ou da prefeita das cidades beneficiadas. Ela faz isto pro meio da sua atuação e também pro meio de emendas parlamentares. Veja no encarte a destinação das emendas do mandato popular da Professora Bebel.

Nossa concepção é que devem ser levadas em conta as características e potenciais regionais. Um exemplo é o Vale do Ribeira, que muitos dizem ser pobre, mas possui Mata Atlântica muito preservada, terras raras e mineirais críticos. O que falta é um projeto de desenvolvimento, que será realizado no futuro governo de Fernando Haddad.



Emenda destinada ao Centro de Câncer CECAN Piracicaba



Emenda destinada ao Hospital dos Fornecedores de Cana, Piracicaba



Emenda destinada ao Lar São Luís Montfort, Piacatu



Emenda destinada ao Casa de Clara, Bebedouro



Emenda destinada à Santa Casa de Franca



Emenda destinada à Santa Casa de Assis



Emenda destinada ao Lar São José, Luziânia



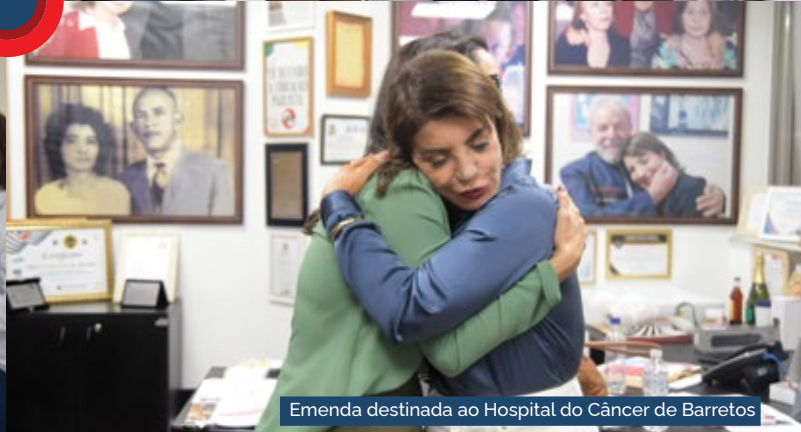
Emenda destinada à Santa Casa de Bragança Paulista



Emenda destinada ao Hospital Espírita de Marília



Emenda destinada à Santa Casa de Limeira



Emenda destinada ao Hospital do Câncer de Barretos



Emenda destinada à Casa Betânia da Paz, Hortolândia



Emenda destinada à Santa Casa de Capivari



Emenda destinada ao Hospital Regional de Piracicaba



Emenda destinada ao Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula, Capivari

SOCIEDADE RECONHECE E HOMENAGEIA O MANDATO DA PROFESSORA BEBEL PELO TRABALHO DESENVOLVIDO



Ordem Nacional do Mérito Educativo



Promotora de Desenvolvimento - 2024



Título de Cidadã Barra-bonitense



Título de "Piracicabana Praeclarus"



Ato de Congratulações contribuição ao estreitamento das relações entre Brasil e Coreia do Sul



Título de Cidadã Barra-bonitense



Prêmio Estandarte de Ouro



Prêmio "Promotores do Desenvolvimento" - 2025



Título de Cidadã Tatuiana



Sempre com o Presidente Lula



Geraldo Alckmin e Bebel na luta contra o tarifaço



Fernando Haddad e Bebel no Projeto Sirius (Campinas), maior infraestrutura científica já construída no País



Bebel conquistou R\$ 47 milhões para obras no Ribeirão Itapeva, em Piracicaba, por meio da então ministra Gleisi Hoffmann



Como o ministro da Saúde Alexandre Padilha, amizade e parceria de anos



Com o ministro do trabalho, Luiz Marinho, na defesa dos pescadores do bairro Tanquã

Em 2024, Bebel foi a única mulher a disputar a Prefeitura de

Piracicaba. Em 2024, Bebel foi a única mulher a disputar a Prefeitura de Piracicaba. Foi uma grande experiência. Dialogou com toda a população, obteve quase 13 mil votos, e ajudou a eleger 2 vereadoras. Bebel continua trabalhando pelo povo de Piracicaba – sua terra natal – e de toda a região metropolitana. É de sua autoria a lei 17.740/2023, que classifica oficialmente Piracicaba (SP) como Município de Interesse Turístico, habilitando-o a receber verbas estaduais para o turismo.



Rua do Porto | Piracicaba-SP | Município de interesse Turístico



Bebel destinou R\$ 350 mil para aFOP (Faculdade de Odontologia de Piracicaba) para atendimento à População



EMAD | Veículos para atendimento domiciliar a pacientes | Piracicaba-SP



Lar dos Velhinhos de Piracicaba-SP



CECAN | Santa Casa de Piracicaba-SP



Orquestra Sinfônica de Piracicaba-SP



Futura UBS do Pompeia | Piracicaba-SP



Van de transporte de pacientes para tratamento em hospitais especializados | Piracicaba-SP



Programa "Mais Especialistas" do Governo Federal presente em Piracicaba-SP

PROJETOS DE LEI DA PROFESSORA BEBEL



PROJETOS DE LEI	EMENTA	ETAPA ATUAL
<u>Projeto de lei 751/2026</u>	Institui a Política Estadual de Prevenção da Reincidência da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, dispondo sobre o fomento e a articulação de Grupos Reflexivos para Agressores.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 742/2026</u>	Institui o Programa de Apoio Alimentar aos Estudantes de Cursinhos Populares e Comunitários no Estado e autoriza a integração com a rede do Programa Bom Prato.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 650/2026</u>	Institui o benefício da meia-entrada em estabelecimentos culturais, artísticos, esportivos e de lazer para doadores regulares de sangue e estabelece diretrizes para o incentivo permanente à doação voluntária.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 23/2026</u>	Estabelece diretrizes sobre a concessão e/ou pagamento de benefícios aos servidores públicos da ativa e aposentados, bem como aos pensionistas de servidores públicos aposentados, em decorrência do congelamento da contagem de tempo de serviço previsto no artigo 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 66/2026</u>	Assegura a contagem integral do tempo de serviço prestado pelos servidores públicos estaduais entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, durante a pandemia da Covid-19, com a imediata retificação de seus registros funcionais, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 259/2026</u>	Autoriza a criação de auxílio emergencial aos servidores que especifica, durante o período em que perdurar a ausência de aulas atribuídas ou a ausência de contratação.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 620/2026</u>	Estabelece diretrizes para a implementação de mecanismos de participação social e gestão democrática nas unidades hospitalares integrantes da rede pública de saúde do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 512/2026</u>	Institui a Política Estadual de Humanização, Acolhimento Integral e Proteção ao Luto Materno e Parental na Infância - "Até o Reencontro - Matheus Lindo Jaccard".	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 449/2026</u>	Institui a Política Estadual Sorriso Feliz, de fortalecimento da atenção primária à saúde bucal na primeiríssima infância e primeira infância, no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei 327/2026</u>	Denomina "Professora Francisca Elisa da Silva" a Escola Estadual Francisca Elisa da Silva, em Piracicaba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1401/2025</u>	Institui a Política Estadual do Carnaval de Rua.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 1106/2025</u> Coautoria com o deputado Luiz Cláudio Marcolino	Institui a "Rota da Cana" como política pública de fomento ao turismo sustentável.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1102/2025</u>	Institui o Programa Estadual de Monitoramento de Metanol em Bebidas Alcoólicas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 30/2025</u>	Susta os efeitos da Resolução SEDUC nº 129, de 30 de setembro de 2025, que dispõe sobre a organização e o funcionamento da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no Sistema Estadual de Ensino.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 45/2025</u>	Institui o Sistema Estadual de Educação de São Paulo (SEE-SP), em conformidade com o Sistema Nacional de Educação (SNE).	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 989/2025</u>	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a Festa da Cana da Escola Estadual Cesarino Borba, em Iracemápolis.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 961/2025</u>	Garante a gratuidade nas passagens dos transportes intermunicipais a pessoas idosas, independentemente de comprovação de renda, no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 871/2025</u>	Autoriza a aquisição de gêneros alimentícios afetados pelas sobretaxas impostas pelos Estados Unidos da América, nos termos da Medida Provisória Federal nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, para utilização na alimentação escolar e em programas de alimentação, no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 685/2025</u>	Autoriza a admissão de servidores para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, nos termos do Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) e suas posteriores alterações.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 676/2025</u>	Institui a Política Estadual de Fomento ao Futebol Feminino.	Comissão de Assuntos Desportivos

<u>Projeto de lei 670/2025</u>	Cria o Observatório Estadual sobre as Condições de Trabalho em Frigoríficos.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de decreto legislativo 19/2025</u>	Susta os efeitos da Portaria SGGD/SGP nº 2, de 13 de junho de 2025, que suspende o pagamento de abono de permanência para as situações que são ali tratadas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 510/2025</u>	Declara de utilidade pública o Centro de Apoio aos Portadores do Vírus HIV/AIDS e Hepatites Virais - CAPHIV, com sede em Piracicaba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 474/2025</u>	Denomina "Papa Francisco" o viaduto localizado no km 397 da Rodovia Armando de Sales Oliveira - SP 322, e cruzamento da Avenida Raul Furquim, em Bebedouro.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 236/2025</u>	Autoriza a manutenção do curso preparatório para ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e vestibulares para faculdades e institutos de ensino técnico em nível superior, para alunos carentes.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 182/2025</u>	Torna obrigatória a climatização das salas de aula das escolas públicas do Estado.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 126/2025</u>	Estabelece medidas para garantir a paridade de gênero em nomeações de cargos públicos e comissionados.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 8/2025</u>	Torna obrigatória a distribuição do livro "Ainda Estou Aqui" em todas as escolas públicas e privadas do Estado.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 890/2024</u>	Torna obrigatória a existência de CIPAS - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Assédio, em cada uma das escolas públicas e oficiais da rede estadual de ensino.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de decreto legislativo 29/2024</u>	Susta os efeitos artigo 8º da Resolução SEDUC nº 45, de 14 de junho de 2024, que dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docente efetivo e ao não efetivo do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 831/2024</u>	Torna obrigatório serem ouvidos pais, responsáveis e estudantes antes do fechamento, aglutinação de classes ou encerramento de períodos em escolas públicas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 51/2024</u>	Confere estabilidade ao professor da categoria O que integra a CIPA.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei 619/2024</u>	Estabelece critérios para a proteção e defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico de Piracicaba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 535/2024</u>	Institui o "Dia Estadual do Cavaleiro".	Aprovado - Lei 18845/2026
<u>Projeto de lei Complementar 36/2024</u>	Autoriza o Governo do Estado a prorrogar a vigência dos contratos dos docentes categoria O que vencem em 2024.	Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 29/2024</u>	Susta os efeitos artigo 8º da Resolução SEDUC nº 45, de 14 de junho de 2024, que dispõe sobre as regras de inscrição e classificação para o processo anual de atribuição de classes e aulas ao docentes da rede estadual de ensino.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de decreto legislativo 27/2024</u>	Susta os efeitos do Decreto nº 68.597, de 10 de junho de 2024, que autoriza privatização de escolas estaduais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 22/2024</u>	Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Saúde do Estado de São Paulo - ARSESP.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 270/2024</u>	Institui marco regulatório para o uso de ferramentas digitais de inteligência artificial nas escolas públicas do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de decreto legislativo 15/2024</u>	Susta os efeitos do Decreto nº 68415, de 4 de abril de 2024, que desobriga o Estado de garantir auxiliar para os estudantes com deficiência nas salas de aula.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de resolução 5/2024</u>	Altera o Regimento Interno da ALESP para que proposições mais recentes sejam anexadas à mais antiga sobre o mesmo tema.	Último andamento 08/03/2024 - Distribuído: MESA.
<u>Projeto de lei Complementar 4/2024</u>	Modifica o artigo 75 da Lei Complementar nº 1374/2022, para retirar a sustentação legal que permitiu ao governo Tarcísio de Freitas publica a Resolução 4/2024 para perseguir, transferir ou exonerar diretores e supervisores de ensino que não cumpram metas impostas ou não se comportem de acordo com o projeto político do atual governo.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 63/2024</u>	Denomina "Escola Estadual Valquíria Bonalume Martins" a Escola Estadual Andrei Sakharov, em Carapicuíba.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 57/2024</u>	Torna prioritário o combate ao avanço da dengue.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 22/2024</u>	Declara de utilidade pública o Instituto Saber Viver, com sede em São Lourenço da Serra.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei Complementar 3/2024</u>	Altera a Lei Complementar nº 1093/2009, para garantir que os professores temporários possam ter seus contratos encerrados apenas no último dia do ano, para que tenham seu salário integral do mês de dezembro e demais direitos, assim como indenização pela rescisão antecipada do contrato de trabalho desses professores.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de resolução 1/2024</u>	Cria a Comissão Permanente de Cultura na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tornando a Comissão de Educação e Cultura em Comissão de Educação.	Último andamento 16/02/2024 - Distribuído: MESA.
<u>Projeto de lei Complementar 149/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais um ano a vigência dos contratos dos servidores docentes da Secretaria da Educação, firmados nos termos da Lei Complementar nº 1093, de 16 de julho de 2009.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1587/2023</u>	Altera dispositivo da Lei nº 13.798, de 09 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, para ampliar medidas preventivas e punições aos que provocam danos ao meio ambiente.	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
<u>Projeto de lei 1491/2023</u>	Visa garantir a participação de servidores públicos estaduais em manifestações, paralisações ou greve.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de resolução 50/2023</u>	Institui o "Prêmio de Incentivo à Educação, à Ciência, à Tecnologia e à Inovação para o ensino técnico e tecnológico no Estado de São Paulo".	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 136/2023</u>	Acrescenta Disposição Transitória com artigo único à Lei Complementar nº 1.354/2020 para promover a devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1453/2023</u>	Denomina "Maternidade Maria Eduarda Toller de Mello" a maternidade do Hospital Regional de Bebedouro.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1416/2023</u>	Define em 30% do orçamento o percentual mínimo de gastos com educação pelo Estado.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei Complementar 128/2023</u>	Altera a Lei Complementar nº 104/2008 para garantir aos servidores o direito de comparecer a consultas médicas e tratamentos de saúde.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 127/2023</u>	Institui normas para a contratação justa de professores temporários na rede estadual de ensino, com garantia de direitos.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 126/2023</u>	Cria o Conselho de Administração no IAMSPE e faculta o atendimento médico aos professores temporários.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação

<u>Projeto de lei Complementar 125/2023</u>	Altera a Lei Complementar 1.354/2020, para flexibilizar as exigências para pagamento de aposentadorias aos servidores faleçam em decorrência de Covid ou acidente de trabalho e pensões a seus dependentes.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 124/2023</u>	Estabelece a alíquota única de 11% para a contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 123/2023</u>	Acrescenta Disposição Transitória com artigo único na Lei Complementar nº 1.354/2020, para possibilitar a devolução dos valores confiscados de aposentados e pensionistas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 122/2023</u>	Altera o §1º do artigo 6º da Lei Complementar nº 1.354/2020, para corrigir as garantias de aposentadoria especial para os designados aos cargos previstos na LC 1.374/2022 e, ao mesmo tempo, garantir que quem ocupa os cargos efetivos de gestão e supervisão, também possa se aposentar pelas regras de aposentadoria especial para os docentes.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 121/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a admitir professores temporários por processo seletivo simplificado, a fim de que o Estado cumpra a estratégia 18:20 do Plano Estadual de Educação.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei Complementar 120/2023</u>	Altera a Lei Complementar nº 1.354/2020, para que os valores confiscados de aposentados e pensionistas sejam integralmente restituídos, em qualquer caso em que se constate a inaplicabilidade do fundamento legal do desconto, inclusive pela sua revogação.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1213/2023</u>	Institui Conselhos de Gestão, com participação dos servidores públicos, com função consultiva e deliberativa e com participação de servidores indicados por suas associações de classe, em todos os órgãos da administração em que exista contribuição financeira dos servidores públicos.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1149/2023</u>	Institui Mesa Permanente de Negociação Coletiva, composta por membros indicados pelo Governo do Estado e pelos sindicatos e entidades de classe dos servidores públicos.	Veto do governador pronto para Ordem do Dia
<u>Projeto de lei 1148/2023</u>	Institui Programa de Formação Permanente dos servidores públicos.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1129/2023</u>	Institui o "Dia Estadual da Educação Profissional e Tecnológica".	Comissão de Educação e Cultura

<u>Projeto de lei 1095/2023</u>	Torna obrigatória a inclusão da língua brasileira de sinais (LIBRAS) na programação das emissoras de televisão, especialmente nos telejornais locais, nas propagandas e programas institucionais dos governos estadual e municipais, sendo os intérpretes, necessariamente, pessoas deficientes auditivos - surdos.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1094/2023</u>	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.261/1968, para instituir licença para servidoras cujo(a) filho(a) tenha nascido por meio do mecanismo de gestação emprestada.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1090/2023</u>	Assegura o pagamento de auxílio financeiro à mulher que for vitimada por atos de violência doméstica.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1089/2023</u>	Institui o Custo Aluno Qualidade Paulista - CAQ-P.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 1088/2023</u>	Estabelece piso salarial estadual a ser aplicado aos profissionais da saúde e dispõe sobre jornada de trabalho para esses mesmos profissionais.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1087/2023</u>	Institui o Programa Estadual de Renda Mínima.	Comissão de Direitos da Pessoa Humana
<u>Projeto de lei 1086/2023</u>	Estabelece direitos aos professores da rede pública e oficial de ensino do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1085/2023</u>	Acrescenta artigo à Lei nº 12.640/2007, instituindo Piso Estadual Salarial para o servidor público estadual em jornada de trabalho de 40 horas semanais.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1083/2023</u>	Denomina "Escola Estadual Doutora Carolina Maria de Jesus" a Escola Estadual Bem Viver, em Pindamonhangaba.	Tramitou nas 3 Comissões
<u>Projeto de lei 1082/2023</u>	Torna obrigatória a existência de espaço destinado a uso exclusivo dos professores em toda a rede pública e oficial de ensino.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1081/2023</u>	Estabelece procedimento indenizatório para os servidores públicos do Estado em virtude de receberem seus vencimentos por trinta dias de trabalho mesmo nos meses em que há trinta e um dias.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1080/2023</u>	Estabelece parâmetro mínimo de repasse financeiro do Estado para as APAE e demais organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, quando da assinatura de convênio com essas instituições para o recebimento, por elas, de alunos cuja deficiência não permita sua inclusão nas salas de aula do ensino regular.	Tramitou nas 3 Comissões

<u>Projeto de lei 1079/2023</u>	Denomina "Zuleika Corte" o dispositivo de retorno localizado no km 162,170 da Rodovia Constante Peruchi - SP 316, em Cordeirópolis.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1078/2023</u>	Cria procedimento próprio para concessão de anistia a servidores públicos que tenham sofrido penas demissórias.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1077/2023</u>	Altera a Lei nº 11.199/2002, que proíbe a discriminação aos portadores do vírus HIV ou às pessoas com AIDS.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1076/2023</u>	Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1075/2023</u>	Estabelece que os benefícios pagos pelo Regime Próprio do Servidor Público do Estado são direitos sociais.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1074/2023</u>	Determina que a Secretaria de Educação do Estado promova busca ativa dos alunos que estejam tendentes a abandonar as escolas no meio do ano letivo ou para o preenchimento de vagas na rede estadual de ensino.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1073/2023</u>	Institui Programa Interdisciplinar de Mediação Escolar nas escolas da rede estadual de ensino.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1071/2023</u>	Cria o Termo de Referência Estadual de Utilidade Pública de Imóveis - TREUPI para fins de implantação de equipamentos e serviços públicos de interesse do governo do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1070/2023</u>	Considera contribuintes facultativos do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual do Estado de São Paulo - IAMSPE, desde que contribuam mensalmente para o Instituto, professores da categoria O e demais servidores admitidos nos termos da Lei Complementar 1093/2009.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1069/2023</u>	Assegura o direito à liberdade de expressão e de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber a todos os professores, estudantes e servidores da Educação da rede pública do Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1068/2023</u>	Regulamenta o trabalho docente na oferta de atividades não presenciais e utilização de plataformas digitais no sistema estadual de ensino.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1067/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a instituir programa habitacional no Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

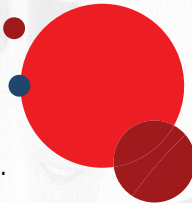
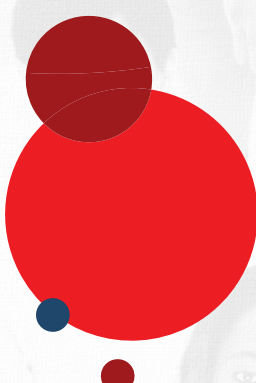
<u>Projeto de lei 1066/2023</u>	Fixa diretriz estadual para normatização da relação de trabalho entre os educadores da educação infantil ocupantes de cargos ou empregos públicos de qualquer denominação e o Estado e seus municípios.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1065/2023</u>	Assegura direitos aos trabalhadores que realizam entregas intermediadas por aplicativos no Estado.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1064/2023</u>	Disciplina sobre as ausências dos funcionários da Educação aos seus locais de trabalho em virtude de manifestações, paralisações ou greve.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1062/2023</u>	Disciplina sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, reformados e de pensionistas, da administração direta e autárquica.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1061/2023</u>	Institui o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil no Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1060/2023,</u>	Estabelece que a servidora pública da administração direta e indireta do Estado fará jus a licenciamento remunerado de 6 meses, se houver sido vítima de atos de violência doméstica.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 1059/2023</u>	Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento, Controle Social e Fiscalização dos recursos recebidos pelo Estado em decorrência da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 1058/2023</u>	Institui o "Destaques do Axé", incluindo-o no Calendário Oficial de Eventos do Estado.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 1057/2023</u>	Veda a redução dos vencimentos dos servidores públicos estaduais dos três poderes do Estado, independentemente da existência ou não de decreto de calamidade pública.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 1056/2023</u>	Acrescenta parágrafo 4º ao artigo 6º da Lei nº 10.948/2001, para que os valores obtidos com as multas aplicadas por discriminação sexual sejam aplicados em políticas públicas destinadas ao combate da discriminação em razão de orientação sexual.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
<u>Projeto de lei 1055/2023</u>	Obriga todos os prédios públicos do Estado a serem equipados com coletores solares e demais componentes que possibilitem a captação e o uso de energia solar em quantidade suficiente para suprir o uso de energia elétrica atualmente utilizada.	Apensado no PL 973/2023 Comissão de Finanças e Orçamento

<u>Projeto de lei 1053/2023</u>	Fixa prazo para a implementação da reforma do ensino médio de que trata a Lei Federal nº 13.415/2017, nas escolas que integram o Sistema de Ensino do Estado.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 1051/2023</u>	Autoriza a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos estaduais que sejam pais ou responsáveis por crianças portadoras de Transtornos do Espectro Autista (TEA).	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1050/2023</u>	Regulamenta, no Estado, o inciso II do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 1040/2023</u>	Autoriza o Poder Executivo a instalar totens ou dispositivos assemelhados em todos os pontos de ônibus de transporte público urbano ou intermunicipal, que funcionem como instrumento de companhia às mulheres que utilizam esse meio de transporte, durante o período noturno.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 961/2023</u>	Define as Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio, a serem adotadas nas escolas públicas e privadas que operem no Estado.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 893/2023</u>	Institui a distribuição obrigatória da Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, aos pais ou responsáveis pelo registro de nascimento ou da adoção definitiva, pelo Estado.	Comissão de Finanças e Orçamento
<u>Projeto de lei 816/2023</u>	Institui o Fundo Especial para Manutenção e Custeio das Empresas Públicas.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 743/2023</u>	Autoriza o retorno à condição de contribuinte obrigatório ou facultativo do IAMSPE àquele que, tendo perdido sua condição de contribuinte, retorne voluntariamente a essa condição a qualquer tempo, estabelecendo carência mínima para tanto.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 613/2023</u>	Aprova o Plano Estadual para os Servidores Públicos do Estado de São Paulo - PESP.	Comissão de Finanças e Orçamento
<u>Projeto de lei 488/2023</u>	Institui a CIPA, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio, no interior das escolas públicas da rede estadual.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 457/2023</u>	Institui o Programa de Combate à Violência nas Escolas Públicas do Estado.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

<u>Projeto de lei 455/2023</u>	Obriga que todo recurso público proveniente de transferências obrigatórias e voluntárias da União seja destinado ao pagamento dos vencimentos ou subsídios dos ocupantes de cargos públicos destinados à docência da rede pública e oficial do Estado, de modo que esses servidores recebam seu salário base, no mínimo, em valor igual àquele fixado para o piso salarial pela Lei Federal nº 11.738/2008.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação,
<u>Projeto de lei 234/2023</u>	Institui pensão especial, paga pelo Tesouro do Estado, aos filhos e dependentes menores de idade, órfãos, em razão de crime de feminicídio.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei 575/2022</u>	Institui meia-entrada em estabelecimentos de lazer e entretenimento para os servidores que especifica.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 485/2022</u>	Institui o Programa de Incentivo à Economia Solidária, voltado para mulheres.	Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento
<u>Projeto de lei 67/2022</u>	Obriga hospitais públicos e privados que mantenham Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) a disponibilizar meios para que parentes próximos possam acompanhar o paciente internado de forma presencial.	Comissão de Saúde
<u>Projeto de lei 822/2021</u>	Altera o caput do artigo 1º da Lei nº 10.858/2001, que institui a meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos que proporcionem lazer e entretenimento.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de lei 803/2021</u>	Dispõe sobre a destinação das penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de atos de preconceito racial.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais,
<u>Projeto de lei 747/2021</u>	Estabelece que parte da alimentação destinada aos alunos da rede pública de ensino do Estado seja disponibilizada aos professores e funcionários dessas unidades escolares.	Comissão de Educação e Cultura
<u>Projeto de decreto legislativo 64/2021</u>	Susta os efeitos da Portaria Normativa nº 367/21, da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA, que regula procedimentos relacionados à fixação da sede de prestação de serviço para os servidores.	Comissão de Constituição, Justiça e Redação – apensado ao PDL 63/2021
<u>Projeto de lei 568/2021</u>	Institui políticas públicas em favor da população idosa.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais
<u>Projeto de lei 444/2021</u>	Cria a Parceria Pública Cidadã - PPCid, autorizando o Poder Executivo a implantar programas de parcerias na geração de trabalho e renda.	Comissão de Finanças e Orçamento

<u>Projeto de lei 361/2021</u>	Autoriza o Poder Executivo a prorrogar por mais 3 (três) anos a vigência dos contratos dos docentes da categoria O, que vencerem ao longo dos anos de 2021 e 2022.	Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho
<u>Projeto de lei 75/2021</u>	Institui o "Dia Estadual de Luta Pela Vida".	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
<u>Projeto de lei Complementar 33/2020</u>	Altera a Lei Complementar nº 1.164/2012, que institui o Regime de Dedicção Plena e Integral - RDPI e a Gratificação de Dedicção Plena e Integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral.	Pronto para a Ordem do Dia
<u>Projeto de lei 348/2020</u>	Institui o Projeto de Estímulo à Leitura para os estudantes das escolas públicas do Estado.	Pronto para a Ordem do dia
<u>Projeto de lei 402/2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a estabelecer linha de crédito para que os professores da rede pública adquiram computadores, aparelhos de telefonia móvel e tablets, a fim de que possam desempenhar, com equipamentos adequados, funções docentes enquanto for necessária a prestação de atividade remota, durante o estado de calamidade pública relacionado à infecção causada pelo novo coronavírus.	Pronto para a Ordem do dia
<u>Projeto de lei 286/2020</u>	Institui o Programa Rede Segura, de combate à violência doméstica no Estado.	Comissão de Finanças e Orçamento
<u>Projeto de lei 219/2020</u>	Autoriza o Poder Executivo a criar programa de crédito especial desburocratizado para assentamentos e pequenos agricultores do Estado.	Comissão de Atividades Econômicas
<u>Projeto de lei 974/2019</u>	Autoriza o Poder Executivo a formalizar convênio com os municípios paulistas de modo a possibilitar apoio às Casas Abrigo mantidas por eles, estimulando ainda a sua criação, onde não houver.	Pronto para a Ordem do Dia
<u>Projeto de lei 891/2019</u>	Institui o Programa Estadual de Alimentação Escolar no âmbito das unidades de educação básica da rede pública estadual de ensino.	Veto do Governador constando na ordem do dia
<u>Projeto de lei 743/2019</u>	Torna gratuita a averbação da alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil da pessoa transgênero (travestis, mulheres transexuais, homens trans e intersexo).	Comissão de Defesa dos Direitos Humanos – anexado ao PL 742/2019

POEMA EM LINHA RETA



Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.
E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil,
Eu tantas vezes irresponsavelmente parasita,
Indesculpavelmente sujo,
Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,
Que tenho sofrido enxovalhos e calado,
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda;
Eu, que tenho sido cômico às criadas de hotel,
Eu, que tenho sentido o piscar de olhos dos moços de fretes,
Eu, que tenho feito vergonhas financeiras, pedido emprestado sem pagar,
Eu, que, quando a hora do soco surgiu, me tenho agachado
Para fora da possibilidade do soco;
Eu, que tenho sofrido a angústia das pequenas coisas ridículas,
Eu verifico que não tenho par nisto tudo neste mundo.



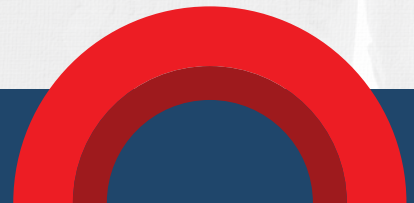
Toda a gente que eu conheço e que fala comigo
Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,
Nunca foi senão príncipe - todos eles príncipes - na vida...
Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?
Ó príncipes, meus irmãos,

Arre, estou farto de semideuses!
Onde é que há gente no mundo?

Então sou só eu que é vil e errôneo nesta terra?

Poderão as mulheres não os terem amado,
Podem ter sido traídos - mas ridículos nunca!
E eu, que tenho sido ridículo sem ter sido traído,
Como posso eu falar com os meus superiores sem titubear?
Eu, que venho sido vil, literalmente vil,
Vil no sentido mesquinho e infame da vileza.

Álvaro de Campos (Fernando Pessoa)



**BORA ELEGER
O TIME DO
LULA?**

PRESIDENTE
LULA 13
VICE ALCKMIN

**MARINA
SILVA**
SENADORA

GOVERNADOR
HADAD
VICE MÁRCIO FRANÇA

SIMONE
SENADORA

DEPUTADA ESTADUAL
Professora
Bebel
13123
NOSSA VOZ MAIS FORTE



Acompanhe nosso mandato popular
nas redes sociais

VOTE no TIME do LULA



DEPUTADA
ESTADUAL
Professora 
Bebel



Acompanhe nosso mandato popular
nas redes sociais

 DEPUTADO
FEDERAL

13



13123

SENADORA 1
SIMONE



400

SENADORA 2
MARINA SILVA



180

GOVERNADOR
HADDAD
VICE MÁRCIO FRANÇA



13

PRESIDENTE
LULA
VICE ALCKMIN



13



DEPUTADA ESTADUAL

Professora 
Bebel
13123
NOSSA VOZ MAIS FORTE